



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING ELETRÔNICO

12/11/2010



INDICE

1. JORNAL A TARDE	
1.1. CARTÓRIOS.....	1
1.2. CÂMARA CÍVEL.....	2 - 3
1.3. SERVIDORES.....	4
1.4. SISTEMA CARCERÁRIO.....	5 - 6
2. JORNAL AQUI	
2.1. SISTEMA CARCERÁRIO.....	7 - 9
3. JORNAL ATOS E FATOS	
3.1. CARTÓRIOS.....	10
3.2. COMARCAS.....	11
3.3. CÂMARA CÍVEL.....	12
3.4. SERVIDORES.....	13 - 14
3.5. SISTEMA CARCERÁRIO.....	15 - 17
4. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
4.1. COMARCAS.....	18 - 19
4.2. CÂMARA CÍVEL.....	20
4.3. JUIZADOS ESPECIAIS.....	21
4.4. JULGAMENTOS.....	22
4.5. SISTEMA CARCERÁRIO.....	23 - 26
5. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
5.1. AVISO.....	27
5.2. CARTÓRIOS.....	28 - 29
5.3. COMARCAS.....	30 - 31
5.4. DESEMBARGADORES.....	32 - 33
5.5. JUIZADOS ESPECIAIS.....	34
5.6. SERVIDORES.....	35
5.7. SISTEMA CARCERÁRIO.....	36 - 40
6. JORNAL O DEBATE	
6.1. JULGAMENTOS.....	41
7. JORNAL O IMPARCIAL	
7.1. JUIZADOS ESPECIAIS.....	42 - 44
7.2. SERVIDORES.....	45
7.3. SISTEMA CARCERÁRIO.....	46 - 52
8. JORNAL PEQUENO	
8.1. CARTÓRIOS.....	53
8.2. CÂMARA CÍVEL.....	54
8.3. INSTITUCIONAL.....	55 - 58
8.4. JUIZADOS ESPECIAIS.....	59 - 60
8.5. JULGAMENTOS.....	61
8.6. SERVIDORES.....	62
8.7. SISTEMA CARCERÁRIO.....	63 - 67
9. JORNAL TRIBUNA DO NORDESTE	
9.1. CARTÓRIOS.....	68
9.2. CÂMARA CÍVEL.....	69
9.3. JUIZADOS ESPECIAIS.....	70 - 71
9.4. SERVIDORES.....	72
9.5. SISTEMA CARCERÁRIO.....	73 - 76

JUÍZA AFASTA CARTORÁRIO DE MONTES ALTOS POR IRREGULARIDADES

A juíza Ana Lucrecia Bezerra Reis Sodré determinou o afastamento do titular do cartório de Montes Altos, Antônio Gomes de Souza Neto, por irregularidades. A medida foi sequenciada pela abertura de Processo Administrativo Disciplinar. Em correição no cartório, em outubro, determinada pelo corregedor Antonio Guerreiro Júnior, a Corregedoria Geral da Justiça detectou registros imobiliários indevidos, livros sem lançamentos e outros sem a assinatura dos responsáveis pelos registros lançados. O Ministério Público estadual foi oficiado dos fatos. Em relação ao registro civil, havia lançamentos de crianças com até um ano de idade sem o devido número da declaração de nascido vivo emitido pela unidade de saúde. O fato constitui desobediência ao Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça e fere a Lei Federal 9.997/2000.

TJMA CONDENA VALE A PAGAR INDENIZAÇÃO A VÍTIMA DE ACIDENTE COM TREM DA EMPRESA

A Vale do Rio Doce foi condenada a pagar danos morais e materiais no valor 140 mil reais, a Luciano de Sousa Pinto, vítima de acidente ocasionado por trem da empresa. A decisão da 1ª Câmara Cível também arbitrou o pagamento de pensão no valor de um salário mínimo, inicialmente em uma parcela única a contar da data de ocorrência do desastre - janeiro de 1986. Após a atualização do pagamento, a pensão de um salário deverá ser feita mensalmente. De acordo com relatos do processo, o acidente foi provocado por falta de sinalização da linha férrea, o que ocasionou o choque entre dois trens da Vale, ferindo os passageiros das locomotivas, incluindo Luciano, que à época tinha 9 anos e sofreu traumatismo craniano.

TJMA condena Vale a pagar indenização a vítima de acidente com trem

A Vale do Rio Doce foi condenada a pagar danos morais e materiais (estéticos) no valor 140 mil reais, a Luciano de Sousa Pinto, vítima de acidente ocasionado por trem da empresa. A decisão da 1ª Câmara Cível também arbitrou o pagamento de pensão no valor de um salário mínimo, inicialmente em uma parcela única a contar da data de ocorrência do desastre - janeiro de 1986. Após a atualização do pagamento, a pensão de um salário deverá ser feita mensalmente. O relator do processo, desembargador Jorge Rachid, observou que o trauma neurológico sofrido pela vítima comprometeu sua infância e juventude, e por meio de laudo pericial foi comprovada a sua redução de capacidade laboral.



► **desembargador Jorge Rachid**

HOJE o auditório da Escola Superior da Magistratura do Estado do Maranhão (ESMAM) vai dar lugar à mistura de linguagens artísticas, com recitais, música, exposição e teatro, na 3ª Edição do Projeto ESMAM Cultural. A programação elaborada para esta Edição põe o foco na linguagem teatral, mas não deixa de retratar o universo da arte...

A QUALIDADE MUSICAL ficará a cargo do som do grupo de chorinho Chorando Calado, a magia das letras com o recital poético "Os espelhos de Gullar", a sensibilidade da pintura em tela na exposição do artista plástico maranhense Antônio Póvoas, o espetáculo "Amor com Amor se Paga", com o Grupo teatral Improviso e a revelação dos dotes artísticos de servidores e magistrados com a Mostra de Talentos...

COM O OBJETIVO de propor um espaço destinado à arte e cultura, no Judiciário, o ESMAM Cultural, que teve sua primeira edição em novembro de 2009, tem conseguido alcançar diferentes públicos e reunir a multiplicidade de expressões artísticas que agregam valor à formação dos magistrados e servidores do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA)...

REBELIÃO EM PEDRINHAS

Entidades propõem criação de Fórum Permanente para Sistema Carcerário



Entidades propõem criação de Fórum Permanente para Sistema Carcerário

Representantes de diversas instituições públicas e organizações da sociedade civil estiveram reunidas, na manhã de ontem na sede da OAB/MA, com o presidente Mário Macieira, para tratar dos principais problemas que afetam o Sistema Carcerário do Maranhão. Entre eles estavam: o frei Ribamar Cardoso, da APAC (Associação de Proteção e Assistência aos Condenados), de Pedreiras; os membros do SINDSPEM (Sindicato dos Servidores do Sistema Penitenciários do Estado do Maranhão), Edinelson João Rebelo, Luis Carlos Coelho Macedo, Maria Juracema Rodrigues, Cezar Castro Lopes; o juiz Jamil Aguiar, da Vara de Execuções Penais; os defensores públicos, Eduardo Henrique Salomão Sila, Antônio Poterson Barros Rego Leal, Diego Oliveira, José Augusto de Oliveira

da DPE/MA (Defensoria Pública do Estado do Maranhão), Adelson de Souza Lopes Junior da SEDIHC (Secretaria de Estado de Direitos Humanos) e Marco Aurélio Ramos Fonseca, secretário para Assuntos Institucionais da Procuradoria Geral de Justiça (Ministério Público).

A reunião inicial tratou da Nota Oficial, emitida pela OAB/MA, com sugestões para alguns pontos, entre eles, a municipaliza-

ção da administração do Sistema Carcerário, ou seja, a proposta de que seja feito um desmembramento da Secretaria de Administração Penitenciária.

Os debates evoluíram para, inclusive com calendário estipulado para tratar dos temas em pauta, além de: combate à terceirização dos empregos (com contratação de novos agente penitenciários, através de um concurso público); instalação de uma nova Vara de Execução Penal (2ª); prestação de assistência imediata à saúde de presos que possuem disfunções físicas e/ou mentais e o acompanhamento do MPE ao inquérito da rebelião. Tais assuntos serão pontos de um documento que será produzido sobre a reunião para a devida divulgação à sociedade.

Também será encaminhado à governadora Roseana Sarney outro documento sobre a questão da terceirização (a dos empregos); a situação dos agentes penitenciários (inclusive, do que foi baleado) e dos monitores, bem como de suas famílias; o cumprimento das exigências feitas

pelos detentos e o abastecimento de água no Presídio de São Luís e no Complexo Penitenciário.

“A imprensa coloca que a Vara de Execução Penal está funcionando 100%. Mesmo com mais de 2.000 processos virtualizados, ainda temos pendentes cerca de 1.284 para encaminhar, fora os processos do interior do Maranhão. Nossas limitações não são frutos de inoperância”, considerou o juiz amil Aguiar. Cezar Lopes, do SINDSPEM, questionou: “Afinal, o que a sociedade sabe sobre o Sistema Penitenciário no Estado? Não se pode culpar os servidores. A sociedade e as instituições devem culpar alguém acima.”



► Reunião sobre Sistema Prisional



► REBELIÃO

CORPOS CONTINUAM NO IML

Um dos decapitados teve sua cabeça trocada pelos legistas e o incidente foi desfeito com o reconhecimento por familiares

MICHEL SOUSA

Depois das 18 mortes registradas durante a rebelião no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, o Instituto Médico Legal (IML) sofre com a falta de vagas para os corpos. Atualmente, a câmara de refrigeração comporta apenas nove cadáveres, sendo um em cada gaveta. Os corpos precisaram ser colocados de dois em dois nas gavetas para poderem ser preservados.

Na manhã desta quinta-feira, a situação estava um pouco melhor, pois cinco cadáveres já tinham sido liberados para os familiares. Segundo o diretor do órgão, Wanderley Sousa da Silva, o número de gavetas é o mesmo há mais de 20 anos. "Nossa estrutura não acompanhou o crescimento populacional do estado, e por isso não temos como comportar corpos oriundos de grandes tragédias", declarou.

Para Wanderley, o ideal

seria a construção de um novo espaço para o IML, com maior área de armazenamento dos corpos. Mas até que isso se torne realidade, ele sugeriu a instalação de câmaras de refrigeração em hospitais públicos como o Hospital Djalma Marques (Socorrão I) e o Hospital Clementino Moura (Socorrão II). "Essa outra medida com certeza desafogaria a câmara de refrigeração do IML, que vive lotada", disse.

TROCA DE CABEÇAS

Todos os 15 cadáveres vindos do Presídio São Luís foram finalmente identificados. Até a quarta-feira somente doze deles foram reconhecidos, os três que faltavam tiveram identificação confirmada. Os três detentos que faltavam são: Joabson Soares de França (decapitado); Marcos Antonio Nascimento de Jesus, o "Chapadim"; e Ramon dos

Santos Cruz.

Um incidente aconteceu no Instituto Médico Legal, quando o legista que fez os exames nos cadáveres implantou a cabeça em outro corpo. O incidente foi desfeito com a chegada de familiares que fizeram o reconhecimento. Em entrevista a uma emissora de rádio local, o legista Wanderley Sousa da Silva, disse que o entendido se deu em virtude da troca de cabeças ter ocorrido ainda por ocasião do recolhimento dos cadáveres ainda no presídio, mas que este incidente não vai alterar o resultado das perícias, visto que estas foram feitas na estrutura dos corpos.

KARLOS GEROMY/AGUI-MAD A PRESS



ALGUNS CORPOS FORAM RETIRADOS DO PRESÍDIO COM AS CABEÇAS TROCADAS

SSP não se pronuncia sobre críticas do pastor

Depois da situação embaraçosa causada pelas críticas do pastor Marcos Pereira, responsável pelas negociações que libertaram os cinco reféns da rebelião no Presídio São Luís, a Secretaria de Segurança Pública até agora não se pronunciou sobre as duras palavras do religioso quanto ao não cumprimento das promessas feitas pelo secretário Aluísio Mendes

aos rebelados. Na manhã desta quinta-feira, a reportagem do **Aqui-MA** tentou falar com o secretário para esclarecer os fatos, mas não conseguiu entrar em contato por que o mesmo estava em uma reunião para definir a crise provocada pelos índios na BR-226. Segundo a Assessoria de Comunicação da SSP, o secretário iria viajar logo após o término da reunião.

Juíza afasta cartorário de Montes Altos por irregularidades

A juíza Ana Lucrecia Bezerra Reis Sodré determinou o afastamento do titular do cartório de Montes Altos, Antônio Gomes de Souza Neto, por irregularidades. A medida foi sequenciada pela abertura de Processo Administrativo Disciplinar.

Em correção no cartório, em outubro, determinada pelo corregedor Antonio Guerreiro Júnior, a Corregedoria Geral da Justiça detectou registros imobiliários indevidos, livros sem lançamentos e outros sem a assinatura dos responsáveis pelos registros lançados. O Ministério Público estadual foi oficiado dos fatos.

Em relação ao registro civil, havia lançamentos de crianças com até um ano de idade sem o devido número da declaração de nascido vivo emitido pela unidade de saúde. O fato constitui desobediência ao Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça e fere a Lei Federal 9.997/2000.

Em vários registros de nascimento tardios foram omitidos requisitos para o registro civil. Os livros de registro de óbitos apresentavam irregularidades como lavratura de óbito fora do prazo e sem a devida autorização judicial.

Sobre o tabelionato de notas, havia cartões de assinatura sem a numeração de or-

dem e índice, feitos de forma precária e sem obedecer a uma ordem de arquivamento.

Alguns livros de procurações não possuem termo de abertura, trazem folhas em branco ou faltam datas, dados pessoais de outorgante ou a assinatura do oficial. Foram encontradas rasuras no número das páginas.

Foram verificados, ainda, atos onde uma das partes era o oficial do cartório ou parentes. Em relação às procurações, havia documentos onde não constavam a assinatura do outorgante ou os poderes outorgados.

Em relatório enviado à Corregedoria e Tribunal de Justiça, e que determinou a correção, a juíza citava a abertura de matrículas sem observar exigências legais previstas na Lei 6015/73.

A juíza Ana Lucrecia solicitou à Corregedoria que envie a Montes Altos servidores do órgão e do FERJ (Fundo Especial de Reaparelhamento do Judiciário) para inspeção mais apurada na serventia extrajudicial. O corregedor Guerreiro Júnior disse que irá atender o pedido da magistrada.

Com o afastamento de Antônio Gomes de Souza Neto, o oficial titular do cartório de Ribamar Fiquene, Ana Grécia Almeida Rizzo, assume as funções no cartório de Montes Altos.

➤ **O corregedor geral de Justiça, desembargador Antonio Guerreiro Júnior é pioneiro nestas incursões às comarcas do interior.**

&&&

➤ **Pretende visitar todas elas ainda este ano, para conhecer, in loco, os problemas enfrentados pelos juízes do interior do Maranhão.**

TJMA condena Vale a pagar indenização a vítima de acidente com trem da empresa

A Vale do Rio Doce foi condenada a pagar danos morais e materiais no valor 140 mil reais, a Luciano de Sousa Pinto, vítima de acidente ocasionado por trem da empresa.

A decisão da 1ª Câmara Cível também arbitrou o pagamento de pensão no valor de um salário mínimo, inicialmente em uma parcela única a contar da data de ocorrência do desastre - janeiro de 1986. Após a atualização do pagamento, a pensão de um salário deverá ser feita mensalmente.

De acordo com relatos do processo, o acidente foi provocado por falta de sinalização da linha férrea, o que ocasionou o choque entre dois trens da Vale, ferindo os passageiros das locomotivas, incluindo Luciano, que à época tinha 9 anos e sofreu traumatismo craniano.

Consta ainda, que ele passou mais de um mês em Unidade de Tratamento Intensivo (UTI). Em decorrência do incidente, também começou a ter crises convulsivas, sendo

diagnosticado epilepsia traumática, doença que o impede de ter uma vida normal.

RECURSOS - A empresa custeou o tratamento da vítima até os 17 anos, cancelando o benefício quando o mesmo atingiu a maioridade. Pelos problemas de saúde que passou a ter e a impossibilidade de encontrar trabalho com facilidade, Luciano recorreu judicialmente.

A Vale entrou com recurso contra a sentença de 1º Grau e apresentou como uma de suas alegações o fato de Luciano Pinto não ter apresentado provas documentais, além de ter custeado o tratamento médico do apelante.

O relator do processo, desembargador Jorge Rachid, observou que o trauma neurológico sofrido pela vítima comprometeu sua infância e juventude, e por meio de laudo pericial foi comprovada a sua redução de capacidade laboral. As desembargadoras Raímunça Bezerra e Graças Duarte também deram provimento ao recurso.

Rubens pede que governo negocie com Defensores

O deputado estadual Rubens Pereira Junior (PCdoB) defendeu ontem, que o Governo do Estado sente à mesa para negociar com os Defensores Dativos que paralisaram as suas atividades por questões salariais.

PÁGINA 3

 SALÁRIOS

Rubens pede que governo negocie com Defensores

O deputado estadual Rubens Pereira Junior (PCdoB) defendeu ontem, que o Governo do Estado sente à mesa para negociar com os Defensores Dativos que paralisaram as suas atividades ontem.

"Os Defensores Dativos deflagram uma paralisação no sentido de fazer com que o Governo do Estado cumpra com as disposições contratuais firmadas entre o Tribunal de Justiça e a Ordem dos Advogados do Brasil, quanto à remuneração e a adimplemento dos seus honorários", disse o parlamentar.

A paralisação estava prevista para ocorrer nos dias 26,

27 e 28 de outubro. Foi adiada devido a intervenção da seccional da OAB. "O governo estadual avia prometido receber a direção da OAB-MA e os representantes dos advogados dativos para iniciar as negociações, o que até o momento não o fez", disse o deputado do PCdoB.

Segundo Rubens Junior desde agosto de 2009, os advogados dativos e a OAB-MA vem discutindo com o governo estadual a implantação, pela Procuradoria Geral do Estado, de uma nova sistemática que possa garantir agilidade no pagamento dos honorários dos

advogados dativos.

Os Defensores Dativos cobram outras reivindicações tais como: a alteração da portaria da PGE (Procuradoria Geral do Estado), que define os documentos adequados para solicitação do pagamento, a necessidade de padronização da cobrança e de estruturação da PGE que, segundo eles, não têm sequer um protocolo para receber as reivindicações de pagamentos, estão na pauta de negociações dos advogados dativos.

MORTES NO PRESÍDIO**CÂMARA FEDERAL INVESTIGARÁ
18 ASSASSINATOS DE PEDRINHAS**

Por solicitação do deputado Domingos Dutra (PT), a Câmara Federal, por sua Comissão de Direitos Humanos, virá ao Maranhão para investigar motivos e consequências dos 18 assassinatos ocorridos no Complexo Penitenciário de Pedrinhas. Em São Luis, o deputado Cláudio Leitoa levantou suspeitas sobre possíveis retaliações a presos na Penitenciária. **PÁGINA 2**

 18 ASSASSINATOS

Câmara Federal vem apurar mortes e responsabilidades

A Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal (CDH) aprovou na quarta-feira (10) requerimento de autoria do deputado Domingos Dutra (PT-MA) que prevê o deslocamento de membros daquela CDH ao Maranhão.

Na diligência, os parlamentares deverão acompanhar os desdobramentos da rebelião que resultou na morte de 18 presos do Complexo Penitenciário de Pedrinhas, em São Luis. O motim, que durou cerca de 28 horas, terminou na terça-feira (9).

O objetivo da missão,

segundo Domingos Dutra, é evitar que haja manipulação nas investigações e as autoridades de segurança pública do estado sejam inocentadas da responsabilidade pela chacina. "As comissões de Direitos Humanos e de Segurança Pública da Câmara não podem ficar aqui no ar condicionado, despachando papeis, enquanto chacinas como esta ocorrem nos presídios brasileiros. Temos que acompanhar esse episódio para assegurar que os presos, mais uma vez, não se-

jam apontados como os únicos culpados pelas mortes", disse Dutra.

De acordo com o parlamentar, esta é a segunda maior chacina da história do país, perdendo apenas para o massacre do Carandiru. Nesta rebelião, que ocorreu em 1992 no estado de São Paulo, 111 detentos foram mortos por policiais.

Deputado Chico Leitoa fala sobre possíveis retaliações a presos

O deputado Chico Leitoa (PDT), em pronunciamentos feito ontem, 11, da tribuna da Assembléia Legislativa, demonstrou preocupação quanto a notícias veiculadas em alguns jornais de possíveis ocorrências de retaliações aos presos que participaram da rebelião de Pedrinhas, no último final de semana. Ele também destacou as ações que estavam sendo implementadas pelo então governo Jackson Lago na área da segurança pública e que foram interrompidas pelo atual governo.

"Ficamos preocupados porque estas informações avisam que haveria uma sessão de corretivos na Penitenciária. Quero crer que não corresponde à realidade, já que o secretário Aloísio nos garantiu ontem que os acordos feitos seriam cumpridos e a transferência dos presos - aqueles considerados mais perigosos -, já fazia parte das decisões anteriores à rebelião. Mas aqui existem informações de que estaria sendo programada uma sessão, di-

gamos assim, 'correção' com os presidiários. Não queremos que isto aqui seja verdade, porém não podemos deixar de externar a nossa preocupação porque o ambiente, e isso é uma verdade incontestável, é um ambiente inflamado", afirmou Chico Leitoa.

O pedetista disse que, segundo o secretário Aloísio, as justificativas dos presos para a realização do motim seriam a falta d'água, a qualidade da alimentação, a questão das visitas íntimas e o andamento dos processos. "Esta notícia aqui de hoje, essa sim trouxe uma preocupação adicional; porque essa denúncia que está sendo rechaçada foi feita por um pastor que ajudou na intermediação, junto aos presidiários, para que o motim chegasse ao fim. Então, nós queremos deixar aqui este registro, a nossa preocupação esperando que as autoridades estejam completamente atentas a esses fatos", destacou Chico Leitoa.

Leitoa voltou a defender a

continuidade dos programas que estavam sendo desenvolvidas pelo então governo Jackson Lago. "Eu acho que não custa nada retomar aquilo que, com certeza absoluta, daria certo na medida, como já disse nas vezes anteriores aqui, não foi uma invenção do governo do dr. Jackson Lago, foi até atendimento à orientação nacional do governo federal. O próprio presidente Lula que hoje está no auge da popularidade, teve a humildade de assumir aquilo que ele condenava na medida em que ele concluiu que era o correto nas questões dos fundamentos da economia do Brasil. Então, não custa nada", salientou Chico Leitoa.

JUSTIÇA

Corregedor visita área do novo Fórum de Caxias

A área onde será construído o novo Fórum de Caxias, na Cidade Judiciária, foi visitada na manhã de ontem, quarta-feira, 10, pelo corregedor-geral da Justiça, desembargador Antonio Guerreiro Júnior, ao lado do juiz Paulo Afonso Vieira Gomes, da 3ª Vara da comarca. Na Cidade Judiciária funciona a Justiça Federal e foi o local escolhido para receber a Justiça Eleitoral.

O novo Fórum terá área

construída de 4.000m² e vai sediar a 5ª Vara da comarca. O projeto da obra foi discutido com os magistrados caxienses e permitirá a ampliação do prédio. A construção deve ter início no próximo ano.

De Caxias, Guerreiro Júnior e assessores seguiram para Timbiras, uma das etapas finais do trabalho de inspeção a comarcas que empreende desde segunda-feira, 8. O roteiro inicial previa 15 comarcas, mas outras visitas são acrescentadas diariamente.

OLHO D'ÁGUA DAS CUNHAS

Abertas inscrições para casamento comunitário

Estão abertas em Olho D'Água das Cunhas as inscrições para casamento comunitário no dia 16 de dezembro, às 16h. Segundo a titular da comarca, juíza Jossane Araújo Farias Braga, o número de inscritos, até o momento, é de 130 casais.

Devido à capacidade da Secretaria de Assistência Social do município, local da cerimônia, as inscrições serão limitadas a 250 casais, informa a magistrada.

Os pretendentes têm até 17 de novembro para se inscrever. Devem ir ao Fórum da comarca, das 8h às 12h, e das 14h às 18h, munidos de certidão de nascimento. Menores de 18 anos precisam apresentar ao juízo a autorização dos pais para casar.

Novidades - Além da celebração gratuita da união, os casais contam

com boas novidades.

A partir de parcerias firmadas em reuniões da juíza com representantes das secretarias de Saúde e de Assistência Social, após a inscrição os nubentes serão encaminhados para exames pré-nupciais (DST, AIDS e outros). Haverá, também, acompanhamento pré-natal para noivas gestantes, proporcionado por equipe técnica da Secretaria de Saúde.

Um questionário a ser respondido pelos casais pretende traçar o perfil dos noivos. Os dados irão servir de base para palestra aberta à comunidade, no dia 14 de dezembro, e que abordará os principais aspectos detectados pela consulta.

Dia da Noiva - As novidades não param por aí. Na véspera do casamento, as noivas terão direito ao Dia da Noiva, quando terão à disposição serviços de manicu-

re, pedicure, limpeza de pele, cabeleireiro e outros.

A iniciativa é resultado de parceria do Judiciário com a prefeitura municipal, que doará os produtos de beleza. Profissionais da área trabalharão voluntariamente no embelezamento das nubentes. A maquiagem e arrumação das noivas no dia do casamento também fazem parte da parceria.

O casal mais arrumado, os noivos mais velhos e mais novos receberão brindes ofertados por comerciantes locais.

Operadora de telefonia condenada a indenizar

A operadora Tim Celular deverá pagar indenizações de R\$ 25 mil, por danos morais, e R\$ 1.250,00, por danos materiais, além de juros e correção monetária à Hidrossonda, de acordo com decisão tomada na terça-feira, 9, pela 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA). O órgão colegiado entendeu que a empresa telefônica interrompeu, indevidamente, os serviços de oito aparelhos celulares da empresa, mas reduziu o valor da indenização por danos morais, fixado inicialmente em R\$ 50 mil em primeira instância.

O julgamento decidiu sobre apelações ajuizadas tanto pela Tim quanto pela Hidrossonda, ambas inconformadas com a sentença de 1º grau. A operadora de telefonia alegava ausência de prova de dano material e que o alvo da suspensão dos serviços seria o pagamento atrasado de fatura de mês anterior ao mencionado pela Hidrossonda. Já a empresa de perfuração de poços sustentava a manutenção da decisão da 6ª Vara Cível de São Luís, mas pleiteava a inclusão de pagamento, por parte da Tim, de R\$ 35 mil, referentes à soma de multa diária estipulada pelo juiz, durante os 35 dias em que o serviço ficou interrompido.

Os desembargadores Anildes Cruz (relatora), Cleones Cunha (revisor) e Jaime Araújo

negaram provimento ao recurso da Hidrossonda, por entender que a questão da multa se resolverá quando da execução da sentença, e deram provimento parcial à apelação da Tim, mas apenas para reduzir o valor da multa, por considerá-lo acima do razoável. Em apreciação preliminar, Cleones Cunha havia votado pelo não conhecimento da apelação da Tim, pelo fato de a operadora não ter ratificado seu recurso depois que o juiz de base julgou embargos de declaração da Hidrossonda, modificando em parte decisão anterior. O revisor foi vencido e, no mérito, votou pela redução da indenização por danos morais e manutenção da outra, por danos materiais.

DOMINGO - A disputa judicial teve início em 2007, quando a Hidrossonda assinou contrato de prestação de serviços com a Tim em plano corporativo. Foram fornecidos dez aparelhos celulares à empresa de perfuração de poços. A Hidrossonda alega que oito dos dez aparelhos tiveram seus sinais interrompidos no dia 25 de novembro de 2007, um domingo, que era também a data de vencimento de uma fatura de R\$ 5.168,32. A empresa sustentou que a conta foi normalmente paga na segunda-feira, 26, e que a Tim não poderia ter bloqueado os aparelhos no dia anterior. Ale-

ga que, em razão da suspensão, deixou de prestar atendimento a uma empresa cliente e teve que pagar multa de R\$ 1.250,00.

A decisão da 6ª Vara Cível determinou à Tim a normalização do fornecimento do serviço no prazo de 24 horas, sob pena de multa diária de R\$ 1 mil. A operadora foi condenada a pagar indenização por danos morais, materiais, juros, correção monetária e honorários advocatícios.

A relatora Anildes Cruz afirmou que a operadora não comprovou nos autos a inadimplência da Hidrossonda e, mesmo que a parcela anterior, de outubro de 2007, estivesse em atraso, a empresa fez o pagamento em 21 de novembro, o que desautorizaria o corte posterior, em 25 de novembro. Acrescentou que, além de interromper os serviços, fez com que a imagem da cliente ficasse maculada perante seus consumidores.

TRÂNSITO

Tribunal entrega unidades móveis para Juizado

O serviço móvel de audiências do Juizado Especial de Trânsito de São Luís será reativado hoje, quinta-feira, 11, às 9 horas com a entrega de dois novos veículos (vans) pelo Tribunal de Justiça do Maranhão, em frente à sede do TJMA, na presença de desembargadores e juízes.

Com a entrega dos veículos, o serviço, que estava desativado, será retomado e vai

realizar audiências de conciliação entre partes envolvidas em acidentes com veículos no local da ocorrência.

As unidades foram adaptadas aos serviços judiciários e contam com conciliador, oficial de justiça, perito e policial militar. Os veículos são equipados com ar-condicionado, computador (notebook), impressora e espaço para realização das audiências.

IMPERATRIZ

TJ nega reintegração a ex-policiais

Em decisão unânime, ontem, quarta-feira, 10, o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) negou o pedido de anulação do processo administrativo que resultou na exoneração dos ex-policiais militares Antonio Ribeiro Abreu e Smailly Araújo Carvalho da Silva, bem como da reintegração de ambos à Polícia Militar (PMMA). Os soldados respondem a ação penal, supostamente acusados do sequestro e morte do estudante Ivanildo P. Barbosa Júnior, de 19 anos, além da ocultação do seu cadáver, no dia 13 de setembro de 2008, em Imperatriz.

O mandado de segurança em favor dos policiais foi ajuizado contra ato da governadora Roseana Sarney, que excluiu Abreu e Silva dos quadros da corporação após decisão tomada em abril de 2009 pelo Conselho Superior de Segurança Pública. O ato de exclusão se deu por desvio das obrigações e ética que devem nortear a conduta dos integrantes da PM e que os então policiais praticaram diversos

atos incompatíveis com os valores e princípios da corporação.

O advogado dos acusados argumentou que os soldados foram expulsos sem que houvesse manifestação do Tribunal do Júri, já que ainda tramita ação penal em Imperatriz contra ambos, e disse que não foi legalmente intimado para o julgamento no Conselho, afirmando que a audiência teria sido realizada no mesmo dia da sua publicação. O advogado também alegou que os policiais já haviam sido punidos com prisão temporária, por terem abandonado a área de serviço.

O parecer da Procuradoria Geral de Justiça (PGJ), representada na sessão desta quarta-feira pelo procurador de justiça Eduardo Nicolau, foi de que não existe prova pré-constituída nos autos de que a publicação e audiência ocorreram no mesmo dia.

Assim como a PGJ, o desembargador Froz Sobrinho, relator do mandado, entendeu que não foram juntadas provas sobre a ausência de intimação, informou que

os soldados foram excluídos com base em procedimentos administrativos, inclusive com base no Estatuto dos Policiais Militares, e que as instâncias administrativa e penal são independentes e autônomas.

COVA RASA - O estudante universitário Ivanildo Júnior desapareceu no dia 13 de setembro de 2008, depois de ter sido supostamente abordado pelos dois policiais. O corpo do rapaz foi encontrado por parentes no dia 21 do mesmo mês, enterrado em uma cova rasa na Estrada do Arroz, perto do local onde a polícia havia localizado seu carro.

Antes de serem expulsos da corporação, os policiais acusados foram presos administrativamente por três dias, para averiguação, e mais 15 dias por terem abandonado a área da Grande Santa Rita, para a qual estavam designados.

POLÍTICA

AL REALIZA AUDIÊNCIA SOBRE CRISE CARCERÁRIA

O secretário estadual de Segurança Pública, Aloísio Mendes, afirmou ontem, quarta-feira, em audiência com deputados estaduais na Assembleia Legislativa, que qualquer preso que cometer crimes dentro de casas de detenção no Maranhão será imediatamente transferido para um presídio federal, em outras unidades da federação. Ao reafirmar que não houve motivação estrutural para a rebelião que terminou com um saldo de 18 detentos mortos, ele defendeu a urgente realização de concurso público para aumentar o efetivo policial no estado. **PAG.03**

PRESENÇA DE SECRETÁRIO

AL realiza audiência sobre crise carcerária

O secretário estadual de Segurança Pública, Aloísio Mendes, afirmou ontem, quarta-feira, em audiência com deputados estaduais na Assembleia Legislativa, que qualquer preso que cometer crimes dentro de casas de detenção no Maranhão será imediatamente transferido para um presídio federal, em outras unidades da federação. Ao reafirmar que não houve motivação estrutural para a rebelião que terminou com um saldo de 18 detentos mortos, ele defendeu a urgente realização de concurso público para aumentar o efetivo policial no estado.

No encontro coordenado pelo presidente da Assembleia, Marcelo Tavares (PSB), Aloísio Mendes respondeu aos questionamentos feitos pelos deputados Rigo Teles (PV), Chico Gomes (PMDB), Chico Leitoa (PDT), Helena Barros Heluy (PT), Eliziane Gama (PPS), Cleide Coutinho (PSB) e Carlinhos Amorim (PSDB), que quiseram saber detalhes sobre a rebelião ocorrida segunda e terça-feira no Complexo Penitenciário de Pedrinhas.

O secretário disse a Helena Heluy que todas as providências foram tomadas pelo Estado para identificar os detentos executados, liberá-los para suas famílias e garantir sepultamento digno. "Criamos uma força-tarefa para agi-

lizar a liberação dos corpos para seus familiares, mas há a necessidade do reconhecimento datiloscópico em alguns e dificuldades de contatos com os parentes", informou ele.

Respondendo a Cleide Coutinho, Aloísio Mendes reconheceu ser impossível evitar que novas rebeliões ocorram no sistema prisional maranhense, mas apresentou medidas para minimizar o problema. "Há 12 anos o Estado não realiza concurso público e hoje temos uma população carcerária de 3 mil presos para 200 profissionais. A terceirização dos serviços penitenciários não é uma solução adequada e defendemos a regionalização do sistema, com a construção de mais cinco presídios", informou ele.

Além disso, o secretário disse que o sentimento de impunidade que hoje há no sistema penitenciário - onde presos condenados cometem vários crimes dentro dos presídios - contribui para que ocorram rebeliões tão graves como a do Complexo de Pedrinhas. "Por isso, entramos em contato com o Ministério da Justiça e eles nos disponibilizaram vagas nos presídios federais. Na madrugada de hoje (ontem), já transferimos para o de Campo Grande os 20 detentos mais violentos que participaram da rebelião. E estamos preparando a transferên-

cia de mais 10 que são líderes de facções dentro da penitenciária", esclareceu ele.

Reconhecendo que a qualificação dos profissionais de segurança é um fator importante, o secretário disse que as empresas contratadas já garantem a capacitação dos profissionais terceirizados, mas lamentou que os agentes penitenciários efetivos não tenham demonstrado interesse pelos cursos de formação oferecidos pela Secretaria de Segurança. E voltou a destacar que o Maranhão tem o menor efetivo policial do país. Segundo ele, a relação é de um policial para cada 849 habitantes. "A governadora Roseana Sarney já sinalizou que fará a recomposição do efetivo das polícias Civil e Militar, já a partir de janeiro do próximo ano", anunciou ele.

Aloísio Mendes reafirmou que a rebelião foi totalmente atípica, porque não foi motivada por questões estruturais, como superlotação das celas, morosidade na tramitação de processos ou baixa qualidade da alimentação. "Não havia situação estrutural que justificasse a violência, a barbaridade cometida em Pedrinhas", enfatizou.

Ao final da reunião, Marcelo Tavares destacou a importância do encontro com o secretário de Segurança,

que deu respostas oficiais aos parlamentares sobre a rebelião ocorrida em Pedrinhas e outras questões sobre o sistema de segurança do Maranhão.

Inicialmente a reunião serviria para discutir a interdição da BR-226, entre Grajaú e Barra do Corda, onde índios guajajara reivindicam o pagamento do transporte escolar para os estudantes indígenas. No protesto, os índios balearam um delegado da Polícia Civil e interditaram o tráfego de veículos naquela rodovia. Mas essa questão não chegou a ser debatida, porque o secretário de Educação, Anselmo Raposo, não compareceu.

AÇÕES DO GOVERNO

Chico Gomes informou que o governo tem procurado aparelhar o sistema de segurança, mediante à ampliação da estrutura prisional e investimento em equipamento. Ele citou o novo anexo do Presídio de São Luís, onde ocorreu a rebelião; a penitenciária feminina de São Luís, em Pedrinhas, com 204 vagas; e o início das obras do novo presídio de Imperatriz com 210 vagas, que deve ser entregue em abril de 2011.

Além dessas unidades, o governo vai dar início à construção do presídio de Pimenteiro com 210 vagas, previsto para ser inaugurado no ano que vem.

CARCERÁRIO

MA foi segundo Estado por onde passou mutirão

O Maranhão foi o segundo Estado por onde passou o mutirão carcerário do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no fim de 2008 e início de 2009. O cenário encontrado impressionou juízes e servidores do CNJ. Em um dos presídios visitados, havia uma criação de porcos entre as celas dos presos. Em outro, o abastecimento de água era feito, vez em quando, por um caminhão-pipa. Alguns dos presos ficavam nos corredores, sem direito a banheiro. Quando passavam por esses presídios, os juízes ouviam queixas sobre a falta de água.

Em setembro, no Pará, o CNJ vistoriava os presídios estaduais. E o cenário encontrado foi semelhante. Com uma simbólica diferença: a

falta de água. Na delegacia de polícia de Marituba, na região metropolitana de Belém, a superlotação e o calor dentro das celas obrigavam os policiais a deixarem abertas, durante todo o dia, duas torneiras. Uma das fontes de água deixava o chão constantemente molhado. Como não tinham colchões, os presos dormiam sobre as poças. A outra torneira fazia a água escorrer pela parede. Essa água, por sinal, era a única fonte de consumo dos presos. Seja por falta de água, seja por superlotação ou por falta de condições dignas, o sistema carcerário brasileiro favorece as rebeliões. E apesar das tentativas, dizem os juízes do CNJ, não há perspectiva de melhora.



**ESTADO DO MARANHÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

AVISO DE LICITAÇÃO

**CONCORRÊNCIA Nº 11/2010
Processo n.º 20.261/2010**

A Comissão Permanente de Licitação do Tribunal de Justiça do Maranhão torna público que fará realizar, sob a égide da Lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA Tipo MENOR PREÇO, no regime de EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL** para Reforma e Adequação do Prédio existente do Fórum Desembargador Sarney Costa e Obras Complementares de execução das instalações, forros, pisos, esquadrias e divisórias internas do prédio anexo, no dia 17/12/2010, às 09:30 horas (horário local), na Sala da Comissão Permanente de Licitação, no Prédio da Diretoria Administrativa, Sala 03, Rua Joaquim Távora (Nazaré), nº 173, Altos, Centro, nesta cidade .

As empresas interessadas poderão obter informações e consultar o Edital no local ou pelo telefone 098 3221-9514. Os interessados poderão adquirir o Edital completo através de CD-ROM ou PEN DRIVE, mediante pagamento de boleto bancário no valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais) emitido pelo Tribunal de Justiça, disponível na sala supracitada.

São Luís, 11 de novembro de 2010.

**NEWTON CELSO JORGE COSTA
Presidente da CPL - TJ/MA**

Rápidas

A juíza
Ana Lucrecia
afasta
cartorário
de Montes
Altos por
irregularidades

Proposta determina validade de identidade

SÃO PAULO - A proposta que determina prazo de validade das carteiras de identidade no Brasil foi aprovada pela (Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara.

Com a mudança, a carteira de identidade emitida antes dos 18 anos deverá ser revalidada em, no máximo, 10 anos e aquelas emitidas após os 18 deverão ser revalidadas pelo menos a cada 20 anos. Atualmente, não há prazo de validade para esses documentos.

De acordo com informações da Agência Câmara, o projeto, que segue para avaliação do Senado, valida os documentos emitidos por órgãos federais e pelos comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.

Pela legislação atual, somente os estados e o Distrito Federal

têm poder para emitir documentos que sejam válidos em todo o território nacional.

Novidade - O texto aprovado ainda especifica a criação de duas categorias de documentos de identificação distintas: primários e secundários.

A carteira de identidade original será o documento primário, bem como a emitida pela Polícia Federal e pelos comandos da Marinha, Exército e Aeronáutica.

Já os documentos secundários são aqueles que contêm informações essenciais da carteira de identidade, como o passaporte, a carteira nacional de habilitação e as carteiras funcionais e profissionais.

Segundo o Executivo, embora esses documentos substituam os expedidos pelas secretarias de Segurança Pública, não são aceitos atualmente na obtenção de carteira de habilitação e de passaporte e para a abertura de contas bancárias, por exemplo.

Corregedor inicia nova inspeção em comarcas

O corregedor-geral da Justiça Antonio Guerreiro Júnior, desde segunda-feira (8), começou nova rodada de inspeção nas comarcas estaduais. Com esse novo trabalho, ele completará 108 comarcas fiscalizadas em menos de um ano de gestão, ou seja, todas as comarcas instaladas no Maranhão.

Coroatá, Coelho Neto, Caxias e Vargem Grande estão no roteiro de 15 comarcas que serão visitadas por equipe da Corregedoria até sexta-feira, 12.

A tarefa não difere de inspeções anteriores. Guerreiro Júnior irá verificar o que as unidades oferecem de melhor em prestação jurisdicional e quais serviços podem ser melhorados. Os assessores também devem inteirar-se do que juízes e servidores têm a dizer sobre condições de trabalho e qual a real situação dos prédios.

Em agosto e setembro, o corregedor inspecionou 93 comarcas. Em julho, foi a 17 comarcas da Baixada.

Em grande parte das comarcas visitadas, Guerreiro Júnior tem autorizado a entrega de móveis e equipamentos novos e a implantação dos projetos "Fala Audiência" e "Teleaudiência".

Próprias para a gravação em áudio de audiências e registro textual de depoimentos, as duas ferramentas desenvolvidas pela Corregedoria têm sido bem recebidas pelos juízes, sobretudo pela facilidade de uso.

Fórum

O corregedor-geral da Justiça, desembargador Antonio Guerreiro Júnior, esteve em Caxias para conhecer a área onde será construído o novo Fórum, na Cidade Judiciária. Foi acompanhado do juiz Paulo Afonso Vieira Gomes, da 3ª Vara da Comarca.

Guerra

A OAB declarou guerra ao juiz Aureliano Neto, titular do 8º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo de São Luís.

Com a alegação de que o advogado Marcos Fabrício Araújo de Sousa teria sido agredido verbalmente pelo magistrado, a Ordem destacou a Comissão de Prerrogativas para apurar a denúncia.

Segundo a nota, a Comissão sugere que o caso seja denunciado à Corregedoria de Justiça e ao CNJ.

Clic!

Fotos/Divulgação



O MINISTRO GILMAR MENDES, que esteve em São Luís para a abertura da Jornada Jurídica da UNDB, ao lado da Diretora Acadêmica daquela faculdade, Ceres Murad (esq.), do Diretor da Escola de Magistratura do Maranhão, desembargador Lourival Serejo, da vice-presidente e do presidente do Tribunal de Justiça do Estado, desembargadores Cleonice Freire e Jamil Gedeon Neto

Juizado de Trânsito recebe unidades móveis e começa a atuar em São Luís

Biné Moraes

Entrega de vans aconteceu na manhã de ontem no Tribunal de Justiça

O Juizado Especial de Trânsito de São Luís recebeu na manhã de ontem na sede do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ) duas vans equipadas para a reativação do serviço móvel de audiências parado desde 2007. Juizes, desembargadores e os profissionais que trabalharão no serviço estavam presentes na solenidade de entrega dos veículos.

O presidente do TJ, desembargador Jamil de Miranda Gedeon Neto, entregou as chaves das unidades móveis para o juiz José Eulálio Figueiredo de Almeida, do Juizado Especial de Trânsito, que disponibilizou imediatamente o serviço para a população. O desembargador Jamil Gedeon disse que esse é o fortalecimento do poder Judiciário do Maranhão. "Estamos não só facilitando o trabalho do juizado, mas também o atendimento para população, o que é mais importante", declarou o desembargador.

Serviço - O serviço móvel de audiências de acidentes de trânsito foi criado em 2001 na gestão do desembargador Jorge Rachid Maluf na presidência do TJ e atuou durante seis anos na Ilha. Esse tipo de atendimento foi desenvolvido para evitar que questões de trânsito se prolonguem por mui-

to tempo, propondo reconciliação imediata entre as partes envolvidas no local do acidente.

Depois de três anos desativado por desestruturação física e problemas de gestão, o serviço móvel de audiências do Juizado Especial de Trânsito retoma as atividades com novos equipamentos e mais profissionais envolvidos.

Os dois veículos foram adaptados especialmente para as necessidades do serviço judiciário entregues ontem são equipados com aparelho de ar-condicionado, notebook, impressora, telefone móvel e espaço para a realização das audiências. Também estão disponíveis equipamentos necessários para a realização de perícia como câmera fotográfica e marcadores. O atendimento no local será feito por um perito, um oficial de Justiça, um conciliador e um policial militar.

Mais

O atendimento pode ser solicitado em qualquer tipo de acidente de trânsito nos quatro municípios da Ilha. A solicitação é feita pelos telefones das unidades móveis ou do Juizado Especial de Trânsito, que fica na Avenida dos Franceses, na sede do Departamento Estadual de Trânsito (Detran), na Vila Palmeira. O serviço já está disponível à população e pode ser solicitado por meio dos telefones 8878-3003 ou 3243-1029.



Unidades móveis do Juizado de Trânsito já estão prontas para atividade

Cultura em foco na Esmam

Escola Superior da Magistratura do Estado do Maranhão realiza hoje terceira edição do projeto “Esmam Cultural”

Acontece hoje, no auditório da Escola Superior da Magistratura do Estado do Maranhão (Esmam), às 18h, a terceira edição do projeto “Esmam Cultural”, que tem como finalidade promover a arte no âmbito do Poder Judiciário estadual. O grupo de teatro Improviso, a exposição do artista plástico Antonio Póvoas e a música instrumental do grupo Chorando Calado são as atrações de hoje. O projeto é aberto ao público.

Criado a partir da necessida-

de de disponibilizar um espaço dentro do Poder Judiciário para reunir as mais diversas formas de manifestações artísticas e culturais, o projeto apresenta, em cada edição, um espaço destinado à participação de juízes e servidores que desejem apresentar seus talentos artísticos. Trata-se dos espaços “Prata da Casa” e “Mostra de Talentos” nos quais os interessados podem realizar exposições de pintura, fotografias, esculturas, fazer recitais de poesia, shows musicais,

entre outras manifestações.

“Amor com amor se paga” é o título do espetáculo que o grupo teatral Improviso apresentará logo mais. De autoria de França Júnior, o espetáculo marca a profissionalização do grupo, que começou suas atividades há sete anos trabalhando com alunos. A peça está marcada para as 20h.

Antes disso, às 18h30, haverá a “Mostra de Talentos”, que será seguida pelo recital de poesia “Os espelhos de Gullar”. Se-

Serviço

• **O quê**

“Esmam Cultural”

• **Quando**

Hoje, às 18h

• **Onde**

Auditório da Escola Superior da Magistratura do Estado do Maranhão (Esmam), rua das Sucupiras, quadra 49, nº 27, Renascença

Entrada franca

rá uma leitura dramática, baseada nas variações da obra de Ferreira Gullar.

MP envia relatório sobre rebelião ao Conselho Nacional

O documento relata os esforços e a mobilização para que os cinco reféns fossem liberados em segurança. **Polícia 5**

MP encaminha relatório sobre rebelião a Conselho Nacional

Documento relata momentos do conflito e assinala o papel do Ministério Público no comando do Gabinete de Gerenciamento de Crise durante as negociações para o fim da rebelião que durou mais de 27 horas no Presídio São Luís

A procuradora-geral de Justiça, Maria de Fátima Rodrigues Travassos Cordeiro, encaminhou à Comissão Carcerária do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), por meio da membro auxiliar Ivana Farina Navarrete Pena, relatório sobre a rebelião ocorrida no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, em São Luís, de segunda-feira a terça-feira. O documento relata momentos do conflito e assinala o papel do Ministério Público no comando do Gabinete de Gerenciamento de Crise durante as negociações para o fim do motim, que durou mais de 27 horas e deixou um saldo de 18 mortos e um agente penitenciário gravemente ferido.

"A instituição teve importante atuação na resolução do conflito e acompanhou desde o princípio o seu desenrolar. Agora cumpre o seu papel e continua o trabalho de levantamento da situação processual dos presos envolvidos", declarou Fátima Travassos.

O texto do documento destaca que o MP, além da rebelião, acompanhou de perto o retorno dos presos às celas e a perícia realizada pelo Instituto Médico

Legal (IML) nos corpos. Relata ainda que todos os esforços foram feitos para a liberação em segurança dos cinco monitores mantidos reféns.

Proposto pelo Ministério Público, o Gabinete de Gerenciamento de Crises foi instalado objetivando coordenar e organizar as ações que passariam a ser desenvolvidas para o fim da rebelião. Do MP, integraram o Grupo Estadual de Combate às Organizações Criminosas (GCOC) os promotores de Justiça Cláudio Cabral, Willer Siqueira, Jorge Avelar e Luiz Muniz. Também participaram o juiz Jamil Aguiar, representantes da Secretaria de Segurança Pública (SSP), Defensoria Pública, Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e Sociedade Maranhense de Direitos Humanos.

Inspeção - O documento também informa o resultado de inspeção feita no presídio, por designação da procuradora-geral de Justiça, na quarta-feira. Um dia após o fim do motim, os promotores de Justiça Jorge Avelar (Execução Penal), Haroldo Paiva Brito (Investigação Criminal) e Cláudio Cabral (assessor especial da procuradora-geral) relatam que a "situação encontrada foi de calma-

ria, entretanto foi verificada, ainda, muita sujeira e poças de sangue nos corredores do presídio".

Quanto aos presos, o relatório afirma que todos estavam com sua integridade física preservada, conforme garantia dada pelo Gabinete de Gerenciamento de Crise. As reivindicações feitas foram a revisão dos processos em que havia pedido de benefícios não apreciados, cumprimento de pena nas comarcas de origem, melhoria da alimentação, realização das visitas íntimas nas próprias celas e denúncias de maus-tratos praticados por agente penitenciário.

Mais

Ao final, o documento traz sugestões de melhorias no sistema carcerário. Entre elas, estão a aceleração do processo de regionalização dos presídios e a implementação imediata da Resolução que redefine atribuições dos promotores, na qual está prevista a criação de mais duas Promotorias de Justiça para atuar junto aos feitos da Vara de Execução Criminal.



Promotores Cláudio Cabral, Haroldo Paiva e Jorge Avelar vistoriaram alas do Presídio São Luís

Corpos de presos mortos em presídio são liberados

Superlotação em unidade havia sido denunciada por administração de órgão

Saulo Maclean
Da editoria de Polícia

A Secretaria de Segurança Pública do Maranhão conseguiu normalizar, ontem, o problema de superlotação da câmara de refrigeração do Instituto Médico Legal (IML) de São Luís. Por meio de uma licitação lançada pelo Governo do Estado, uma funerária foi contratada exclusivamente para fazer com que os corpos dos presos cheguem até suas respectivas famílias, a maioria oriunda do interior.

A sangrenta rebelião no Anexo III do Presídio São Luís, que resultou na morte de 18 detentos em todo o Complexo Penitenciário de Pedrinhas, no início da semana, havia extrapolado a capacidade de nove gavetas da geladeira do IML. Até o início da manhã de ontem, cada uma delas comportava dois corpos de uma só vez, situação que deixou a direção do órgão bastante preocupada.

"Infelizmente, essa situação pode se transformar em um problema de saúde pública. A estrutura disponível não evoluiu ao longo dos anos, não cresceu proporcionalmente à nossa população. São situações como essas que nos levam a visualizar o quanto não estamos preparados para grandes tragédias", desabafou o diretor do IML, Wanderley Sousa da Silva.

Durante a manhã, cinco corpos já haviam sido liberados aos seus familiares. Até o fechamento desta edição, 12 dos 18 presos chacinados na rebelião já tinham sido entregues aos seus endereços. Ao contrário do que foi divulgado, durante o massacre em Pedrinhas, a maioria dos detentos era oriunda do interior do



Douglas Jr.

Corpos são liberados gradativamente do IML por empresa contratada

Saiba mais

Corpos já liberados

Raimundo Nonato Sousa Lima, 24 anos (Barra do Corda);
Joabson Soares de França, 27 anos (Santa Inês);
Romuel Antônio Sousa Santos, o *Bruce Lee*, 25 anos; (Codó);
Rêris Ângelo Santos Silva, o *Banjo*, 22 anos; (Humberto de Campos)
Izaquiel Barbosa de Miranda, 21 anos (Balsas);
José Antônio Ribeiro, o *Bigode*, 42 anos (Monção);
Milson Silva de Carvalho, o *Spaik*, 36 anos (São Luís);
José Ribamar dos Anjos Filho, o *Dragão*, 35 anos (Ribamar);
Cleiton Costa Soares, o *Keké*, 21 anos (São Luís);
José Ricardo Vieira Pereira, 20 anos (São Luís);
Eriedes de Jesus dos Santos, o *Gaguinho*, 36 anos (São Luís);
Francisco Wellington Pinto da Silva, o *Cagão*, 21 anos (Codó).

faltam ser liberados

José Francisco de Souza Filho, o *Chiquinho*, 28 anos (São Luís);
José Ribamar Nascimento Sousa, o *Coração de Leão*, 27 anos (Grajaú);
Marcos Antônio Nascimento de Jesus, o *Cumpádim*, 25 anos (Santa Inês);
Getúlio Vieira da Conceição Filho, o *Pará ou Louro*, 23 anos (Ananindeua-PA);
Ramon dos Santos Cruz, 34 anos (Imperatriz);
Eromar de Sousa Ferreira, o *Eromar*, 27 anos (Senador La Roque).

estado e não da capital.

Inquérito - Até o fim da tarde de ontem, a Superintendência de Polícia Civil da Capital (SPCC) já havia registrado o depoimento de praticamente todos os cinco monitores reféns, na rebelião do Presídio São Luís. Ivo Vagner de Mesquita Melo, Manoel de Jesus Cabral, Carlos Primo de Araújo, Daniel Pereira Rodrigues e José da Conceição, apesar de ainda bastante abalados, contaram o

que viram e passaram durante o massacre.

O conteúdo das oitivas, é claro, foi preservado pela polícia. "Hoje [ontem], encerramos praticamente todos os interrogatórios com os reféns. A cautela está ajudando no avanço das investigações. Estamos confrontando os depoimentos e, por enquanto, conseguimos muitas provas sobre autoria e atuação de cada um dos rebelados", explicou o superintendente da SPCC, Uchoa.

CDH fará diligência para apurar motim em SL

A Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados (CDH) aprovou na última quarta-feira (10) requerimento de autoria do deputado Domingos Dutra (PT) que prevê o deslocamento de membros da CDH e da Comissão de Segurança Pública ao Maranhão.

Na diligência, os parlamentares deverão acompanhar os desdobramentos da rebelião que resultou na morte de 18 presos no Presídio São Luís, que integra o Complexo Penitenciário de Pedrinhas. O motim, que durou cerca de 28 horas, terminou na terça-feira (9). O objetivo da missão, segundo Dutra, é evitar que haja manipulação nas investigações. "As comissões de Direitos Humanos e de Segurança Pública da Câmara não podem ficar aqui no ar condicionado, despachando papéis, enquanto chacinas como esta ocorrem nos presídios brasileiros. Temos que acompanhar esse episódio para assegurar que os presos, mais

uma vez, não sejam apontados como os únicos culpados pelas mortes", disse.

De acordo com o parlamentar, esta é a segunda maior chacina da história do país, perdendo apenas para o massacre do Carandiru. Nesta rebelião, que ocorreu em 1992 no estado de São Paulo, 111 detentos foram mortos por policiais. O parlamentar também apresentou requerimento semelhante na Comissão de Segurança Pública, entretanto, a matéria não chegou a ser votada na reunião, por falta de acordo entre governo e oposição, em torno de outros assuntos do colegiado.

A diligência, que ainda não tem data marcada, dependerá da aprovação desta última comissão em plenário. O objetivo é que a ação ocorra o mais rápido possível.

Povo diz que tem pouca terra para sobreviver

Os povos indígenas da etnia Gavião, de Amarante do Maranhão, reivindicam nova demarcação de suas terras. Eles não concordam com a demarcação feita em 2008, porque se dizem prejudicados com o pouco espaço que receberam.

De acordo com eles, a terra não é suficiente para a reprodução. Um conflito pode estourar a qualquer momento no município, entre índios e brancos, porque os fazendeiros da região não concordam com uma nova demarcação.

Os gaviões, como é típico do grupo Jê, fazem suas aldeias em forma de círculo. Tiram uma parte do sustento das matas existentes na região. São semi-integrados à civilização.

Sempre subsistiram da caça, pesca e de uma pequena lavoura, mas hoje dependem, em grande parte, de alimentos industrializados. As famílias vivem em casas próprias, algumas construídas de palhas ou de barro e cobertas de palhas. Às vezes, os seus parentes vivem juntos na mesma casa. Alimentam-se de caça e pesca, milho, jerimum, farinha de mandioca.

Guerreiros - Gavião foi atribuído a diferentes grupos Timbi-

ras da Região do Tocantins por viajantes do século XIX, que sempre falavam do caráter guerreiro desses índios. A denominação vem das penas de gavião usadas em suas flechas.

Esses índios foram reduzidos pelo contágio de doenças em seus primeiros contatos com os brancos. Uma das maiores tradições é a corrida de toras: as equipes de revezamento (formada somente por homens), carregam troncos de buriti nos ombros. O mais importante não é quem chega primeiro, o que vale mais é o divertimento.

A comemoração é maior quando as equipes chegam juntas ou quase juntas. Cada indivíduo recebe dois nomes e um deles não pode ser divulgado. Mostrar ao outro este segredo significa transferir poder.

Quando alguém recebe o nome de um parente que já morreu carrega a responsabilidade de manter as características do antepassado e quem o escolhe assume o papel de padrinho, com a função de transmitir a cultura. Depois do casamento, por um período determinado, entre genro e sogra, nora e sogro, ficam proibidos de chamar o outro pelo nome.

Município

Áreas indígenas

- Reserva Indígena Araribóia: 338 mil hectares
- Reserva Indígena Governador: 41 mil, 643 hectares
- Reserva Indígena Krikati: 28 mil, 947 hectares
- Corresponderia a 54% da área territorial de Amarante do Maranhão

Assentamentos

- Os assentamentos que serão atingidos, segundo informou a prefeita, são: Caac, Jabuti, Curitiba, Boa Vista, Margarida Alves, Nova Esperança, Genville, Belo Monte 1, Belo Monte 2, Olga Benário, Santa Amélia e São José.

■ **Negado 1**

Em decisão unânime, ontem, o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) negou o pedido de anulação do processo administrativo que resultou na exoneração dos ex-policiais militares Antonio Ribeiro Abreu e Smailly Araújo Carvalho da Silva, bem como da reintegração de ambos à Polícia Militar (PMMA). Os soldados respondem a ação penal, supostamente acusados do sequestro e morte do estudante Ivanildo P. Barbosa Júnior, de 19 anos, além da ocultação do seu cadáver, no dia 13 de setembro de 2008, em Imperatriz.

■ **Negado 2**

O mandado de segurança em favor dos policiais foi ajuizado contra ato da governadora Roseana Sarney, que excluiu Abreu e Silva dos quadros da corporação após decisão tomada em abril de 2009 pelo Conselho Superior de Segurança Pública. O ato de exclusão se deu por desvio das obrigações e ética que devem nortear a conduta dos integrantes da PM e que os então policiais praticaram diversos atos incompatíveis com os valores e princípios da corporação.

O Tribunal de Justiça do Maranhão reativou ontem o serviço móvel de audiências do Juizado Especial de Trânsito de São Luís com a entrega de dois novos veículos adaptados aos serviços judiciários. O objetivo é intensificar a conciliação entre partes no local da ocorrência.



PÁGINA 14

Justiça célere sobre 4 rodas

Juizado do Trânsito da Ilha volta a contar com unidades móveis e equipes formadas que facilitarão a chegada a um acordo, no próprio local, entre as partes nos casos de acidente

TERESA DIAS

Junto com presentes e lembranças, o empresário Paulo Ricardo Dias, residente no Rio de Janeiro, voltou de São Luís com uma despesa indesejada. Dirigindo um carro emprestado, teve o veículo batido na traseira em um sinal de trânsito no Turu, amassando parte do parachoque e do porta-malas. Apressado para um compromisso, não chamou a perícia e apenas anotou o telefone e a placa do carro do motorista, que garantiu o pagamento. Ao tentar entrar em contato, porém, o número foi anunciado como inexistente. Temendo uma disputa judicial "arastada e custosa", resolveu então arcar com o prejuízo, que ficou em torno de R\$ 1 mil.

Os dados do Juizado Especial de Trânsito do Maranhão não deixam de confirmar o receio do empresário. Dentre os cerca de 100 processos que recebe por mês, os que não resultam em acordo levam em média de um ano e meio a dois anos para se resolver.

Para promover a resolução célere deste tipo de conflito, provocado por acidente de trânsito de pequena gravidade, sem lesões sérias ou vítimas fatais, o Juizado Especial de Trânsito passou a contar desde ontem com duas novas unidades móveis. Essa prestação de serviço estava suspensa há cerca de quatro anos.

Elas deverão atender em vias públicas de toda a ilha, incluindo os municípios de São José de Ribamar, Raposa e Paço do Lumiar. De modelo "van", foram entregues às 9h da manhã de ontem ao titular daquele juizado, juiz José Eulálio Figueiredo, em ato em frente ao prédio do Tribunal de Justiça. Contarão com notebook, internet móvel, máquina fotográfica, celular, sala de audiência climatizada e faixas e cones de isolamento.

Cada veículo terá motorista, perito, conciliador, oficial de justiça e policial (estão designados quatro policiais militares para a atividade, sendo dois sargentos e dois cabos). A perícia deverá ser feita na hora, prosseguida de audiência de con-

ciliação, para tentativa de estabelecimento de acordo entre as partes.

Qualquer pessoa poderá acionar o serviço. Inicialmente, ele será prestado de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h. A meta, porém, é que também cubra fins de semana e feriados, e se torne 24h. "A solução para um acidente no trânsito ainda é muito demorada. Geralmente a polícia prepara a perícia e a encaminhava para o Poder Judiciário, dando início a um longo processo. A população anseia por uma justiça rápida e eficiente, e com as unidades móveis, pretendemos proporcionar a resolução imediata", diz Jamil

FOTOS: A.BAÉTA/IMP/O A PRESS



DIANTE DE REPRESENTES DO JUDICIÁRIO, O DESEMBARGADOR JAMIL GEDEON EXPLICA COMO...



...AS UNIDADES MÓVEIS DO JUIZADO DO TRÂNSITO AGILIZARÃO ACORDO ENTRE PARTES...



...E DENTRO DE UMA DAS DUAS UNIDADES, REALIZOU A SIMULAÇÃO DE UM ATENDIMENTO

Gedeon, presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ).

"Com o grande aumento do número de carros em circulação em São Luís, cresceu também o de acidentes, provocando um verdadeiro drama social", diz o juiz José Eulálio Figueiredo. "Outros estados já tiveram a iniciativa de criar unidades móveis, mas o nosso diferencial é que estamos colocando dentro delas também a própria Justiça, aproximando-a diretamente dos conflitos", afirma. Segundo ele, a demanda será observada no primeiro mês, e de acordo com a necessidade indicada por ela, serão adquiridos mais dois automóveis do tipo.

"Com o grande aumento do número de carros em circulação em São Luís, cresceu também o de acidentes, provocando um verdadeiro drama social"

JOSÉ EULÁLIO FIGUEIREDO,
juiz

TELEFONES DE
ATENDIMENTO

8815-8346

8878-3003

3243-1029

Cultura no Judiciário - Dia 12 de novembro (sexta-feira), o auditório da Escola Superior da Magistratura do Estado do Maranhão (ESMAM) vai dar lugar à mistura de linguagens artísticas, com recitais, música, exposição e teatro, na terceira edição do projeto ESMAM Cultural. A programação elaborada para esta edição põe o foco na linguagem teatral, mas não deixa de retratar o universo da arte. A qualidade musical ficará a cargo do som do grupo de chorinho Chorando Calado, a magia das letras com o recital poético Os Espelhos de Gullar, a sensibilidade da pintura em tela na exposição do artista plástico maranhense Antônio Póvoas, o espetáculo Amor com Amor se Paga, com o *Grupo teatral Improviso* e a revelação dos dotes artísticos de servidores e magistrados com a Mostra de Talentos. Para se inscrever nesse espaço, basta enviar e-mail para esmamcultural@tjma.jus.br, pelo telefone 3235-3231 ou na sede da ESMAM, localizada na Rua das Sucupiras, quadra 49, nº 27, Renascença I.

18 CONDENADOS. POR QUÊ?



Dos mortos na rebelião de Pedrinhas, 10 são do interior e oito de São Luís. Diferente das especulações, não havia estupradores entre eles. A maioria foi condenada por furto ou roubo.

Câmara vem investigar mortes em Pedrinhas

PÁGINA 1

OAB estuda pedir apuração do caso na esfera federal

PÁGINA 1

Massacre continua repercutindo na Assembleia

PÁGINA 1

Governo anuncia ações para diminuir superlotação e maus-tratos

PÁGINA 12

Nome: Izaquiel Barbosa de Miranda
Idade: não revelada
Crime: Latrocínio (roubo seguido de morte)
Onde: Balsas
Decapitado

Nome: José de Ribamar Nascimento Sousa, o "Coração de Leão"
Idade: 27 anos
Crime: Roubo
Onde: Grajaú,

Nome: Getúlio Vieira da Conceição Filho, o "Pará"
Idade: 23 anos
Crime: Roubo
Onde: Santa Inês

Nome: Raimundo Nonato Sousa Lima, o "Guri"
Idade: 24 anos
Crime: Homicídio
Onde: Barra do Corda

Nome: José Francisco de Sousa, o "Chiquinho"
Idade: 28 anos
Crime: Roubo
Onde: São Luís

Nome: Romuel Antônio Sousa Santos, o "Bruce Lee"
Idade: 36 anos
Crime: Furto
Onde: São Luís

Nome: Eriedeson de Jesus Santos, o "Coquinho"
Idade: não revelada
Crime: Furto
Onde: Codó

Nome: Ramon dos Santos Cruz
Idade: 34 anos
Crime: Homicídio
Onde: Imperatriz

Nome: Marco Antônio Nascimento de Jesus
Idade: 25 anos
Crime: Furto
Onde: Santa Inês

Nome: Joabson Soares Franca
Idade: 27 anos
Crime: Frustração de direito pela CLJ
Onde: Governador Nunes Freire

Nome: Cleiton Costa Soares, o "Quequé"
Idade: não revelada
Crime: Homicídio simples
Onde: São Luís
Decapitado

Nome: Eromar de Sousa Ferreira
Idade: 28 anos
Crime: Furto
Onde: São Luís

Nome: Francisco Wellington Pinto da Silva, o "Cagão"
Idade: 21 anos
Crime: Roubo
Onde: São Luís

Nome: José Ricardo Vieira Pereira
Idade: 20 anos
Crime: Homicídio simples
Onde: São Luís

Nome: José Ribamar dos Anjos Filho, o "Dragão"
Idade: 35 anos
Crime: Furto
Onde: São José do Ribamar

Nome: Milson Silva Carvalho, o "Spike"
Idade: não revelada
Crime: Roubo
Onde: São Luís

Nome: José Antônio Ribeiro, o "Bigode"
Idade: 46 anos
Crime: Furto
Onde: Penalva

Nome: Reris Ângelo Santos Silva, o "Panto"
Idade: não revelada
Crime: Porte ilegal de arma
Onde: São Luís
Decapitado

Os olhos de Brasília

Saldo trágico de 18 mortos da rebelião em Pedrinhas provoca a vinda de comissão da Câmara de Deputados ao estado. OAB alerta que o caso pode ter investigação federal



FRANCISCO JUNIOR

“**M**uito boa a nota da OAB/MA sobre a chacina de Pedrinhas. Repercuti na tribuna da Câmara. Comissão da Câmara irá a São Luis na próxima semana”. Com este comentário, feito através do twitter, o deputado federal Flávio Dino (PCdoB) informou a vinda ao Maranhão de uma comissão de parlamentares da Câmara Federal. A rebelião no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, que deixou um saldo de 18 mortos e foi a maior e mais violenta já ocorrida no estado, teve repercussão nacional e o motivo dos olhares de Brasília deslocarem-se para o estado.

A Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal (CDH) já aprovou requerimento de autoria do deputado Domingos Dutra (PT) autorizando a vinda de deputados federais ao Maranhão, incluindo na comitiva membros da Comissão de Segurança Pública.

Os deputados pretendem acom-

panhar os desdobramentos da rebelião e acompanhar as investigações sobre as causas do motim

O Secretário de Segurança Pública, Aluísio Mendes já antecipou à imprensa que uma das hipóteses da rebelião é que tudo teria sido organizado fora do complexo penitenciário. O deputado Domingos Dutra considera o episódio de Pedrinhas a segunda maior chacina de presos ocorrida na história do Brasil. Ele lembra que a maior de todas foi a do Carandiru, quando 111 detentos foram mortos em 1992. O presídio paulista não existe mais e o caso virou até filme, dirigido pelo cineasta Hector Babenco.

O episódio do Carandiru e de Pedrinhas apresentam algumas diferenças além do número de mortos. No presídio paulista, a polícia invadiu o local e acabou com a rebelião à bala, matando 111 presos. Em Pedrinhas não houve invasão da polícia e os detentos foram mortos pelos próprios companheiros de cela. Ontem, na sede da OAB/MA, representantes de diversas entidades reuniram-se com o objetivo de discutir a busca de soluções para os problemas do sistema carcerário maranhense.

A nota emitida pela OAB e citada no comentário do deputado Flávio Dino ressalta que “Apesar da inacreditável afirmação de que “a rebelião não tinha motivo “razoável”, é notório e inegável fato, que salta aos olhos de qualquer pessoa de senso médio, que o Sistema Carcerário e, muito especialmente o Complexo Penitenciário de Pedrinhas, enfrenta gravíssimos problemas de superlotação, carência de pessoal e condições

subumanas de vida no interior das celas” A OAB ressaltou ainda que desde 2007, dados da Comissão de Direitos Humanos da entidade, apontavam o aumento do índice de mortalidade de presos e alertou para a possibilidade de solicitar a transferência do caso para a competência da Justiça Federal com o argumento de que trata-se de um crime de violação aos direitos humanos.



FLÁVIO DINO FALOU SOBRE O CASO NA CÂMARA FEDERAL

Episódio ainda é tema de debates na Assembleia

O caso da rebelião em Pedrinhas continua tendo repercussão na Assembleia Legislativa. Na sessão de ontem, o deputado estadual Rigo Teles(PV), integrante da bancada governista, fez elogios ao secretário de Segurança Pública, Aluísio Mendes, e parabenizou a forma como foram conduzidas as negociações durante a rebelião. Durante toda a semana, o caso rendeu debates acirrados na Assembleia, que inclusive convocou Aluísio Mendes para falar sobre o episódio. Na avaliação do deputado, a ida do secretário serviu para esclarecer as dúvidas dos parlamentares e também da imprensa. Rigo Teles filiou-se ao PV no ano passado e esteve no time da base de apoiadores do ex-governador Jackson Lago(PDT). Na época, ele era filiado ao PSDB, legenda integrante do bloco aliado a Jackson na Assembleia.

Para o parlamentar, o secretário de Segurança explicou tudo que estava acontecendo no presídio e convenceu a todos com as respostas dadas durante a conversa com os deputados.

Quem também comentou sobre a crise no sistema penitenciário do Estado foi a deputada Helena Heluy(PT). Ela defendeu como solução para as mazelas que atingem a área, a implantação do método Apac, usado para a recuperação de presos em alguns estados brasileiros. Ela ressalva que esta metodologia tem maior participação da sociedade pois trabalha com o conceito de humanização da pena e valorização da pessoa humana.

J R LISBOA/AGÊNCIA ASSEMBLEIA



RIGO TELES ELOGIA A CONDUÇÃO DADA AO CASO PELA SECRETARIA DE SEGURANÇA

Quem são os dezoito mortos

Pesquisa na relação dos mortos nas rebeliões mostra que havia seis condenados por furtos, cinco por roubos, quatro por homicídio e um por porte ilegal de arma

DANIEL FERNANDES



Entre os 18 mortos confirmados pela Secretaria de Segurança Pública do Estado (SSP), como resultado das rebeliões que explodiram no Complexo Penitenciário de Pedrinhas durante 28 horas, dez são provenientes de comarcas do interior. Os outros oito são provenientes de São Luís ou São José de Ribamar. Os crimes são os mais diversos: furtos, roubos ou homicídios. As idades também são variadas. Os três decapitados, Cleiton Costa Soares, Reris Ângelo Santos Silva e Izaquiel Bárboza de Miranda, não foram acusados de estupro, ao contrário do que foi veiculado

pela mídia nos primeiros momentos da rebelião. Eles foram presos por homicídio, latrocínio e porte ilegal de arma, respectivamente.

Dentre estes, dez corpos já haviam sido liberados até a noite de ontem pelo Instituto Médico Legal (IML). O instituto estava passando por dificuldade de armazenamento dos corpos que recebeu por só possuir nove geladeiras, para um total de 16 corpos que possuía na quarta-feira. Com a liberação dos corpos, a câmara de refrigeração do estabelecimento passa a comportar um número de corpos compatível com o espaço disponível. Até a tarde de ontem, havia ainda exatamente nove corpos para serem liberados.

Depois da situação embaraço-

sa causada pelas críticas do pastor Marcos Pereira, responsável pelas negociações que libertaram os cinco reféns da rebelião no Presídio São Luís, a Secretaria de Segurança Pública até agora não se pronunciou sobre as duras palavras do religioso sobre o não cumprimento das promessas feitas pelo secretário Aluisio Mendes aos rebelados.

Na manhã de ontem a reportagem de O IMPARCIAL Online tentou falar com o secretário para esclarecer os fatos, mas não conseguiu entrar em contato por que o mesmo estava em uma reunião para definir a crise provocada pelos índios na BR-226. Segundo a assessoria de comunicação da SSP, o secretário iria viajar logo após o término da reunião.

GLSON TEIXEIRA/DIVULGAÇÃO



CARNIFICINA OCORRIDA EM REBELIÃO, INCLUINDO DECAPITAÇÕES, NÃO ENCONTRA EXPLICAÇÃO NOS TIPOS DE CRIMES

Secretaria anuncia ações para ressocialização

SANDRA VIANA

Se depender de projetos de ressocialização, a situação no Complexo de Pedrinhas está sanada. A Secretaria de Estado de Direitos Humanos (SEDH) enumerou uma lista de ações a serem desenvolvidas nos presídios do estado. Os programas são fruto de parcerias entre a SEDH, Tribunal de Justiça e Governo Federal. As ações garantem ao detento auxílio pecuniário e a remissão da pena, segundo prevê a Lei de Execuções Penais (LEP). Os projetos vão atingir uma população de mais de mil detentos nos regimes semiaberto, aberto e egresso. Segundo a SEDH, os programas iniciam em fevereiro do próximo ano, em todas as unidades prisionais do estado.

O Começar de Novo, ação já desenvolvida no sistema prisional, será intensificado para estimular a participação de mais presos. Neste caso, afirma o secretário Sérgio Tamer, a oferta é maior que a demanda. "Todos os detentos que participaram do programa foram inseridos no mercado de trabalho. Nossa dificuldade tem sido encontrar detentos aptos ao programa", explica Tamer. Os participantes do Começar de Novo, realizado desde o início do ano, têm acesso a cursos de capacitação e assessoria jurídica. Após a

capacitação são absorvidos em órgãos públicos e empresas privadas parceiras do programa. Os setores de construção civil e de serviços administrativos são os que mais absorvem estes detentos qualificados.

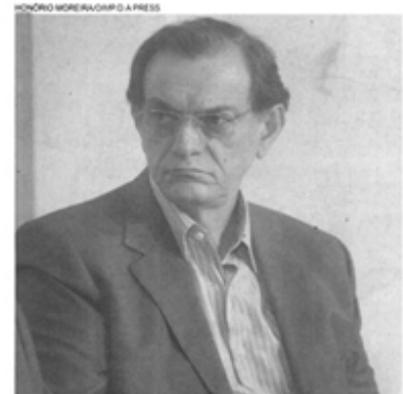
O secretário divulgou ainda a disponibilização de ônibus odontológicos, professores de alfabetização e mais salas de informática no Complexo. Projetos que estão em fase de planejamento, mas, em fevereiro estarão funcionando, garante Tamer. Ele cita outros trabalhos que vêm surtindo efeito e fizeram diminuir questões ligadas a fugas, brigas e mesmo rebeliões. A partir dos Mutirões Processuais, iniciados em 2009, todos os detentos tiveram seus processos revistos, sendo destes, 40% com obtenção de benefícios. Foram revistos um total de 3800 processos, segundo o desembargador e coordenador do Grupo de Monitoramento do Sistema Carcerário, José Ribamar Fróes Sobrinho. "Isso prova que não há como detentos daquela rebelião terem reclamado processos parados. Quem ali estava era condenado de justiça. E hoje, não temos um só homem preso com pena cumprida", afirma o desembargador.

Mutirões

Agora, o Mutirão entra em sua segunda etapa, onde serão feitas as virtualizações dos processos. Todos os registros de detentos com as penas, datas de saídas e possíveis benefícios estarão à disposição informatizados. O trabalho vai facilitar o acesso e o acompanhamento destes processos evitando pendências. Outros dois programas voltados aos detentos dizem respeito à documentação básica. Atualmente, todos os detentos possuem RG, CPF, Carteira de Trabalho e Certidão de Nascimento, segundo Fróes Sobrinho. A ação é permanente, diz o desembargador, e a cada novo preso no sistema a situação documental é verificada e, se for o caso, regularizada. Também a partir de fevereiro, os detentos poderão escolher entre seis cursos nas áreas de administração e informática.

Os detentos também receberão atenção do Núcleo de Atendimento às Vítimas de Violência, outra parceria da SEDH com o Tribunal de Justiça. "Além disso, a Segurança fará cumprir a LEP nos presídios e já reorganiza o sistema para que volte à rotina", esclarece Sérgio Tamer. Ele informa que parte das ações foram suspensas devido à rebelião, mas serão intensificados dentro das possibilidades. Tamer diz reconhecer um sério déficit orçamentário que impede mais trabalhos neste sentido, para ele, uma situação que aflige presídios de todo o país. E reitera lembrando que "o sistema não é perfeito e a população carcerária no estado é numerosa, mas essa rebelião em especial tem todos os indícios de ter sido armada para desestabilizar a administração". São Luís tem uma população de mais de três mil presos e apenas

250 agentes. Desta população de detentos, cerca de 40% participam de ações de ressocialização.



"Todos os detentos que participaram do programa foram inseridos no mercado de trabalho"

SÉRGIO TAMER,
secretário de Estado de
Direitos Humanos

OS MORTOS

PRESÍDIO SÃO LUÍS

Eromar de Sousa Ferreira, Furto, São Luis, 28 anos
José Ricardo Vieira Pereira, Homicídio Simples, São Luis, 20 anos
Cleiton Costa Soares, o "Quequé", Homicídio Simples, São Luis, --
José Ribamar dos Anjos Filho, o "Dragão", Furto, São José de Ribamar, 35 anos
Milson Silva Carvalho, o "Spike", Roubo, São Luis, --
José Antônio Ribeiro, o "Bigode", Furto, Penalva, 46 anos
Reris Ângelo Santos Silva, o "Panzo", Porte Ilegal de Arma, São Luis, --
José Francisco de Sousa, o "Chiquinho", Roubo, São Luis, 28 anos
Izaque! Barbosa de Miranda, Latrocínio, Balsas:
José de Ribamar Nascimento Sousa, o "Coração de Leão", Roubo, Grajaú, 27 anos
Getúlio Vieira da Conceição Filho, o "Pará", Roubo, Santa Inês, 23 anos
Raimundo Nonato Sousa Lima, o "Guri", Homicídio, Barra do Corda, 24 anos
Joabson Soares França, Frustração de direito pela CLT, Governador Nunes Freire, 27 anos
Marco Antonio Nascimento de Jesus, Furto, Santa Inês, 25 anos
Ramon dos Santos Cruz, Homicídio, Imperatriz, 34 anos

PRESÍDIO DE PEDRINHAS

Eriedeson de Jesus Santos, o "Gaguinho", Furto, Codó, --
Romuel Antônio Sousa Santos, o "Bruce Lee", Furto, São Luis, 36 anos
Francisco Wellington Pinto da Silva, o "Cagão", Roubo, São Luis, 21 anos

SITUAÇÃO PROCESSUAL DE DETENTOS - SÃO LUÍS

REGIME	POPULAÇÃO
Fechado	975
Semi-aberto	650
Aberto	148
Condicional	90
Penas restritivas e de Direito	187
Suspensões Condicionais	15
Foragidos	116
TOTAL DE PROCESSOS	2.024

POPULAÇÃO COMPLEXO PEDRINHAS

UNIDADE	POPULAÇÃO	CAPACIDADE
Anexo	202	212
Presidio São Luis	372	312
Cadeião	635	402
Casa de Detenção	661	410
CCPJ	325	160
Penitenciária Feminina	182	204
Albergue Feminino	15	60
Albergue Masculino	111	64
Pedrinhas	635	340

*Dados do Sindispen/SEDH

Juíza afasta cartorário de Montes Altos por irregularidades

A juíza Ana Lucrecia Bezerra Reis Sodré determinou o afastamento do titular do cartório de Montes Altos, Antônio Gomes de Souza Neto, por irregularidades. A medida foi sequenciada pela abertura de Processo Administrativo Disciplinar.

Em correição no cartório, em outubro, determinada pelo corregedor Antonio Guerreiro Júnior, a Corregedoria-Geral da Justiça detectou registros imobiliários indevidos, livros sem lançamentos e outros sem a assinatura dos responsáveis pelos registros lançados. O Ministério Público estadual foi oficiado dos fatos.

Em relação ao registro civil, havia lançamentos de crianças com até um ano de idade sem o devido número da declaração de nascido vivo emitido pela unidade de saúde. O fato constitui desobediência ao Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e fere a Lei Federal 9.997/2000.

Em vários registros de nascimento tardios foram omitidos requisitos para o registro civil. Os livros de registro de óbitos apresentavam irregularidades como lavratura de óbito fora do prazo e sem a devida autorização judicial.

Sobre o tabelionato de notas, havia cartões de assinatura sem a numeração de ordem e índice, feitos de forma precária e sem obedecer a uma ordem de arquivamento.

TJ-MA condena Vale a indenizar vítima de acidente com trem

A Vale do Rio Doce foi condenada a pagar danos morais e materiais (estéticos) no valor R\$ 140 mil, a Luciano de Sousa Pinto, vítima de acidente ocasionado por trem da empresa.

A decisão da 1ª Câmara Cível também arbitrou o pagamento de pensão no valor de um salário mínimo, inicialmente em uma parcela única a contar da data de ocorrência do desastre - janeiro de 1986. Após a atualização do pagamento, a pensão de um salário deverá ser feita mensalmente.

De acordo com relatos do processo, o acidente foi provocado por falta de sinalização da linha férrea, o que ocasionou o choque entre dois trens da Vale, ferindo os passageiros das locomotivas, incluindo Luciano, que à época tinha 9 anos e sofreu traumatismo craniano.

Consta ainda, que ele passou mais de um mês em Unidade de Tratamento Intensivo (UTI). Em decorrência do incidente, também começou a ter crises convul-

sivas, sendo diagnosticado epilepsia traumática, doença que o impede de ter uma vida normal.

Recursos - A empresa custeou o tratamento da vítima até os 17 anos, cancelando o benefício quando o mesmo atingiu a maioridade. Pelos problemas de saúde que passou a ter e a impossibilidade de encontrar trabalho com facilidade, Luciano recorreu judicialmente.

A Vale entrou com recurso contra a sentença de 1º Grau e apresentou como uma de suas alegações o fato de Luciano Pinto não ter apresentado provas documentais, além de ter custeado o tratamento médico do apelante.

O relator do processo, desembargador Jorge Rachid, observou que o trauma neurológico sofrido pela vítima comprometeu sua infância e juventude, e por meio de laudo pericial foi comprovada a sua redução de capacidade laboral. As desembargadoras Raimunda Bezerra e Graças Duarte também deram provimento ao recurso.

Fazer o quê

Sem quorum em plenário, a vereança não apreciou na sessão de quarta-feira a prestação de contas do ex-prefeito Paulo Marinho do ano de 1996... Alvo de polêmica, como tudo que cerca o ex-alcaide caxiense, as contas têm parecer do TCE pela desaprovação.

Não à toa, na poeira do imbróglio alguns fantasmas do passado vieram à tona para tentar desacreditar os edis que encabeçam as comissões de Orçamento e Finanças, Ironaldo Alencar, e de Constituição e Justiça, Antônio Ximenes. As caladas ou às claras reproduções de matérias publicadas na imprensa ou panfletos avulsos distribuídos na Princesa do Sertão remetem a situações nas quais se envolveram os parlamentares. A revisitação ao pretérito de Ironaldo e Ximenes visa desconstituir a autoridade dos integrantes do Legislativo caxiense, o que, em tese, serviria para aliviar as irregularidades apontadas pelo TCE no exercício administrativo de PM. Se não para impedir que o ex-prefeito leve pau nas contas, a iniciativa dos simpatizantes dos Marinho busca dar um conceito político à questão. Aliás, como em tudo em que PM se enredou e tido como ilegal, como no caso da venda das ações da antiga Cemar pertencentes ao município de Caxias, o ex-mandachuva sempre acusou seus desafetos de se apropriar de recursos políticos para indispor-lo com a Justiça.

É uma estratégia, naturalmente, que, por mais obsoleta ou inadequada que pareça hoje, tem dado resultado político-partidário, haja vista a quantidade de votos que o grupo obteve na eleição de 2010... Quer dizer, se tribunais de contas ou a Justiça não levam em conta o recorrente arrazoado da muleta política usado por PM, os eleitores do clã, contrariamente, parecem acreditar que a família é inocente de tudo... Fazer o quê.

RAPOSA:

16 Anos de Cidade a Deriva!

Carta Aberta a Quem Interessar Possa, ou seja, as todas autoridades que estão incluídas em defesa dos direitos da Cidade e de seus cidadãos, que vai desde da Governadora, passando pelo Ministério Público; Poderes Judiciários (Estadual e Municipal); Prefeito Municipal; Câmara de Vereadores e todas as Instituições que representam a Sociedade Civil Organizada Raposense. Parece brincadeira o que vamos aqui narrar. Mas, lamentavelmente não o é, pois todos os cenários carentes de urgentes reparos estão comprovados a olho nu, diretamente nos seus respectivos documentos comprobatórios. Antes de qualquer coisa queremos afirmar que estas declarações, observações, denúncias não tem nada de pessoal, principalmente com os atuais gestores dos três Poderes do inchado município de Raposa. Porém, há menos de um ano estes mesmos Poderes dentro de seus direitos nos deram o Título de Cidadão Raposense, naquela ocasião juramos que tudo faria para honrar cada vez mais, tal honraria. Assim, estamos tentando fazer. Iniciemos com um resumo da formação político-administrativa da referida cidade. Em 1974, a Praia da Raposa era uma simples Vila do município de Ribamar; de 1974 a 1994 passou a ser distrito do município de Paço do Lumiar; em 19 de junho de 1994 ocorreu o Plebiscito; em 10 de novembro de 1994 a Lei nº. 6.132, cria o município de Raposa; em 3 de novembro de 1996, foram eleitos prefeito, vice-prefeito e os nove primeiros vereadores; em primeiro de janeiro de 1997 foi instalados o município com as posses dos eleitos. Assim, já foram concretizadas 4 eleições municipais, que perfazem 4 legislaturas, quanto as essas eleições em uma de nossas últimas crônicas que abordou o famoso recadastramento biométrico, onde o TER localizou uma diferença para menos de mais ou menos 17.000 eleitores nos municípios de Raposa e Paço do Lumiar, comentamos.

“O recadastramento eleitoral somente na sua visão piloto já nos trouxe fatos, que ao nosso ver necessitamos analisar minuciosamente e chegarmos a uma conclusão. Tratam-se, que o TER-MA conseguiu identificar no início da implantação do novo método da Eleição Biométrica, algo que a muito perdura nas mais diversas cidades maranhenses, os possíveis enxertos de votos... Com o recadastramento para o Sistema Biométrico, foram detectadas nas duas cidades diferenças de eleitores de aproximadamente, 17000 eleitores em comparação do que foi recadastrado e os registros que tiveram valendo nas eleições passadas de 2008 para prefeitos, vereadores, etc. Analisemos separadamente os números do município de Raposa, no intuito de que tais análises fiquem mais claras. Raposa é a menor unidade municipal em termos de área territorial do Maranhão. Atualmente tem 25.837 habitantes. Em 2008 tinham 16.620 eleitores habilitados de acordo com a Justiça Eleitoral, com a implantação da votação biométrica este total baixou para

12.634 eleitores mais ou menos. Apresentando uma significativa diferença de praticamente 4.000 eleitores. Com referência a relação eleitorado e população em 2006 eram de 67,80%, passando em 2008 para 66,37% percentuais considerados bastantes elevados para uma cidade nova e pequena. Com o recadastramento apresentou um quadro mais coerente de 48,89, ou, sejam, 49% esta relação, que em miúdos quer dizer que o eleitorado raposense, atualmente, é menos da metade da sua população, índice que sem este levantamento era astronômico chegando perto dos 70% de seus habitantes, relação que desde da primeira eleição municipal que era altíssima, ou seja, o número de eleitores desproporcional a sua população.” (Trincheira da Maranhensidade de 8 out. 2010). Quadros que deixam abertamente a hipótese de que nas quatro eleições o enxerto de eleitores foi uma grande realidade.

Com relação à Lei de Criação do Município está crivada de erros dos maiores que deixam gigantescos prejuízos aos raposenses e, diga-se de passagem, que já passaram 16 anos e nenhum gestor neste dilatado período supomos que tenha lido a mencionada Lei, suposição esta que se estende para a Governadora Roseana Sarney, Senador Edson Lobão, Deputado Raimundo Cutrim e outras personagens que ainda não sabem de tais detalhes. Na Lei de Criação do Município o erro começa pela descrição dos limites da nova cidade. “À Leste / A Oeste e Ao Sul com o Município de Paço do Lumiar: começa na Ponta (Croa) das Ânias, daí segue pela Ilha do Curupu, margeando a parte Leste e Sul da Ilha do Curupu, até a foz do Rio Paciência, daí segue pelo referido igarapé, até sua cabeceira desse ponto, segue por um alinhamento reto, até o ponto de intersecção da MA-205 com a MA-204, daí segue pela MA-204 até a Praia do Olho de Porco”..

Aqui cabe uma séria e importante observação esta é a redação com referência aos limites existentes gravados no original da Lei nº. 6.132 de 10 de novembro de 1994 (Lei de Criação do Município de Raposa) e publicada no Diário Oficial do Estado do Maranhão de quinta-feira, 10 de novembro de 1994, o que leva a crer foram cometidos erros: primeiro trocaram a MA-203 pela MA-205, que é a atual Avenida Jerônimo de Albuquerque, a qual fica localizado entre os bairros são-luisenses da COHAB e o Olho d'Água, território comprovadamente de São Luís e o segundo é que a MA-204 vai com direção a Maioba e não passa pela Praia do Olho de Porco e a estrada que dar esse acesso é a MA-203, o que se evidencia que no lugar de MA-204 nas duas citações, seria o correto MA-203. Situação real que deverá levar a uma radical

mudança de registros territoriais em diversos grandes loteamentos. Estranhou-se também a descrição da Bandeira do município de Raposa e se constatou que realmente consta a referida data que seria 10 de novembro de 1994, mas há de se supor que houvera um equívoco na feitura da referida Bandeira e gravaram 10 de novembro de 1995, cuja data se supõem que nada agrega a qualquer acontecimento histórico e/ou marcante para a urbe raposense. Com referência ao Brasão não se detectou nenhuma informação, o que nos causou enorme surpresa, Brasão oficial do lugar. Situação quase semelhante ocorre com o Hino da Cidade. Atualmente, faz praticamente dois anos que dentro de nossa sensibilidade, a qual sempre considera seu o torrão, a terra que lhe recebe com orgulho e amor. Desta maneira, em 10 de novembro de 2008, quando a cidade de Raposa completou 14 anos de emancipação lhe oferecemos uma louvação, mas mesmo com todo bom grado é bom que se reafirme que não foi com nenhuma intenção de repúdio ou rebeldia, mas sim de louvar o amor à cidade. Totalmente conscientes de que ainda não é o hino instituído em lei por quem de direito. Mas já deu ao seu autor a grande satisfação de que o povo raposense lhe retribuiu cantando e aplaudindo um trabalho genuinamente raposense, tanto prova que quarta-feira p. passada aos primeiros raios solares nos 16 anos da cidade o povo cantou e muito o referido hino!

Raposa é uma dádiva da natureza, como se não bastassem os verdes belos do Carimã, somam as belezas cantadas e decantadas da Praia do Araçaji e por aí vai. Mas, não podemos cobrir o sol com peneiras furadas. Nós todos que realmente amamos a terra de Chico Noca temos de nos unir sem distinção de partidos ou grupos políticos e discutirmos estes óbices e outros tantos que assolam seriamente o menor município em área territorial dos Estado do Maranhão, que ainda por cima possui os agravantes deste 64,182 quilômetros quadrados; 24,389 quilômetros quadrados, 30% do seu território pertence à Ilha de Curupu, bem na sua entrada está localizado Centro de Apoio é da Base Espacial de Alcântara, possuidor de uma tecnologia de ponta mundial e área de Segurança Nacional. Não querendo somente criticar por criticar, já aprontamos um documentário que trás todos estes erros detalhadamente e mais outros tantos, em assim sendo nos colocamos a inteira disposição a quem interessar possa para discutir e comprovarmos o que afirmarmos não é caso de tricas e futricas e sim de ações, que cada faça o seu papel de direito. O que não pode mais é povo da Raposa ficar a deriva sem ter nem a sua Lei de Emancipação corretamente executada. A história não perdoa e daqui a alguns anos os nossos filhos, netos e bisnetos irão nos chamar de que, alfabeto seria o menor adjetivo, pois nem a Lei de Criação da Cidade foi lida! Vamos dar as mãos em prol de colocar o município de Raposa no lugar que sempre desejamos. Nunca a deriva!

(*) José Ribamar Sousa dos Reis é Membro Efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão

TJMA reativa serviço móvel do Juizado do Trânsito

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Jamil Gedeon, entregou, ontem, ao juiz José Eulálio Almeida, dois veículos para serem utilizados no serviço móvel do Juizado Especial de Trânsito de São Luís, que estava parado há cerca de quatro anos e foi retomado. O serviço funcionará de 2ª a 6ª feira, das 8h às 18h, com duas vans adaptadas com sala de audiência climatizada, mesa, seis assentos, computador, impressora, e uma equipe formada por conciliador, oficial de justiça, perito, policial militar e motorista.

Em casos de acidentes com danos materiais, o serviço pode ser acionado por telefone celular (8815-8346/8878-3003) e pelo telefone do Juizado Especial do Trânsito (3243-1029). No local do acidente, a equipe do juizado realiza a perícia, emite laudo verbal, promove a audiência de conciliação e o acordo entre as partes envolvidas. Caso haja entendimento, o conflito é resolvido na mesma hora. Caso contrário, é levado ao juizado para o juiz sentenciar.

O serviço vai funcionar em toda a região metropolitana de São Luís, abrangendo os municípios de São Luís, capital, Paço do Lumiar, Raposa e São José de Ribamar e até na rodovia federal. Segundo dados do DETRAN, dois mil veículos novos são emplacados na capital por mês e 3.448 acidentes foram registrados de janeiro a setembro deste ano.

"Honramos mais um compromisso para o fortalecimento da Jus-

tiça de 1º grau, no sentido de dar mais efetividade, celeridade e transparência. Hoje temos ações planejadas e soluções a curto, médio e longo prazo", declarou o presidente, ao disponibilizar o serviço ao juizado.

Na solenidade, o juiz esclareceu que o serviço móvel do juizado vai além do trabalho da Polícia Militar, que apenas faz o levantamento das circunstâncias do acidente e o boletim da ocorrência, encaminhando as informações para a emissão do laudo técnico pelo Instituto de Criminalística do estado (Icrim). Com a unidade móvel, além da perícia no local, seguida de laudo verbal, a decisão sobre a responsabilidade pelo acidente sai ainda no local da colisão.

"Acidentes com vítima são de responsabilidade do Instituto de Criminalística (Icrim), porém, o serviço do Judiciário está à disposição para firmar parceria em que o juizado cuidará do dano material e o dano pessoal aos condutores do veículo ficará à cargo do Icrim", disse o juiz José Eulálio.

Estavam presentes na solenidade os desembargadores Cleonice Freire (vice-presidente), José Joaquim Figueiredo dos Anjos, vice-presidente e corregedor do Tribunal Regional Eleitoral; os juízes Kléber Carvalho, representando o Corregedor Geral de Justiça desembargador Guerreiro Júnior; Francisca Galiza, coordenadora dos juizados especiais e Maria do Socorro Carneiro, membro do conselho supervisor dos juizados.

DIVULGAÇÃO



Jamil e Cleonice entregam as chaves das duas novas unidades móveis de trânsito da capital



Honramos mais um compromisso para o fortalecimento da Justiça de 1º grau, no sentido de dar mais efetividade, celeridade e transparência. Hoje temos ações planejadas e soluções a curto, médio e longo prazo”, declarou o presidente do TJ-MA, Jamil Gedeon, na reinauguração do Juizado Especial de Trânsito de São Luís

■ Pauta Zero

O titular da Comarca de Tuntum, juiz Pedro Henrique Holanda Paschoal, viaja na próxima semana a Natal (RN) para conhecer o projeto Pauta Zero, do Poder Judiciário potiguar.

Segundo o magistrado, a iniciativa surgiu a partir de sugestão do corregedor-geral da Justiça, desembargador Antonio Guerreiro Júnior, face à preocupação do Judiciário maranhense com o cumprimento da Meta 2 do CNJ.

De modo a promover maior agilidade no julgamento dos processos da Meta 2 no Maranhão, Guerreiro Júnior indicou o juiz para conhecer em detalhes o projeto.

■ Pedido de negociação I

O deputado Rubens Pereira Junior defendeu, ontem, que o governo sente à mesa para negociar com os defensores dativos que paralisaram as suas atividades na quarta-feira (10).

"Os Defensores Dativos querem que o governo cumpra as disposições contratuais firmadas entre o Tribunal de Justiça e a OAB, quanto à remuneração e a adimplemento dos seus honorários", disse o parlamentar.

A paralisação estava prevista para ocorrer nos dias 26, 27 e 28 de outubro. Foi adiada devido à intervenção da OAB/MA. "O governo estadual havia prometido receber a direção da OAB-MA e os representantes dos advogados dativos para iniciar as negociações, o que até o momento não o fez", disse o deputado do PCdoB.

■ Pedido de negociação II

Segundo Rubens Junior, desde agosto de 2009, os advogados dativos e a OAB-MA vem discutindo com o governo estadual a implantação de uma nova sistemática que possa garantir agilidade no pagamento dos honorários dos advogados dativos.

Os defensores dativos cobram outras reivindicações, tais como: a alteração da portaria da PGE (Procuradoria-Geral do Estado) que define os documentos adequados para solicitação do pagamento, e a necessidade de padronização da cobrança e de estruturação da PGE.

CÂMARA DOS DEPUTADOS VAI APURAR CARNIFICINA DE PRESOS NO MARANHÃO

A Comissão de Direitos Humanos da Câmara (CDH) aprovou na quarta-feira (10) requerimento de autoria do deputado Domingos Dutra (PT-MA) que prevê o deslocamento de membros da CDH e da Comissão de Segurança Pública ao Maranhão. Na diligência, os parlamentares deverão acompanhar os desdobramentos da rebelião que resultou na morte de 18 presos do Complexo Penitenciário de Pedrinhas, em São Luís. O motim, que durou cerca de 28 horas, terminou na terça-feira (9). **PÁGINA 3**

Câmara dos Deputados vai apurar carnificina de presos no Maranhão

Parlamentares da Comissão de Direitos Humanos virão investigar o 'banho de sangue' ocorrido em Pedrinhas

A Comissão de Direitos Humanos da Câmara (CDH) aprovou na quarta-feira (10) requerimento de autoria do deputado Domingos Dutra (PT-MA) que prevê o deslocamento de membros da CDH e da Comissão de Segurança Pública ao Maranhão. Na diligência, os parlamentares deverão acompanhar os desdobramentos da rebelião que resultou na morte de 18 presos do Complexo Penitenciário de Pedrinhas, em São Luis. O motim, que durou cerca de 28 horas, terminou na terça-feira (9).

O objetivo da missão, segundo Domingos Dutra, é evitar que haja manipulação nas investigações e as autoridades de segurança pública do estado sejam inocentadas da responsabilidade pela carnificina. "As comissões de Direitos Humanos e de Segurança Pública da Câmara não podem ficar aqui no ar condicionado, despachando papeis, en-

quanto chacinas como esta ocorrem nos presídios brasileiros. Temos que acompanhar esse episódio para assegurar que os presos, mais uma vez, não sejam apontados como os únicos culpados pelas mortes", disse Dutra.

De acordo com o parlamentar, esta é a segunda maior chacina da história do país, perdendo apenas para o massacre do Carandiru. Nesta rebelião, que ocorreu em 1992 no estado de São Paulo, 111 detentos foram mortos por policiais. O parlamentar também apresentou requerimento semelhante na Comissão de Segurança Pública, entretanto, a matéria não chegou a ser votada na reunião desta quarta, por falta de acordo entre governo e oposição, em torno de outros assuntos do colegiado. A diligência, que ainda não tem data marcada, dependerá da aprovação desta última comissão.

Chico Viana

UM SOPRO DE INTOLERÂNCIA



No gabinete lá na Câmara alguém gritou: Achei, táqui o retrato das cabeças! Foi um Deus nos acuda, todo mundo queria ver as imagens que a imprensa proclamava pelo rádio dos três decapitados.

Como mal aparecia parte do couro cabeludo das vítimas, foi uma decepção, a turma queria mesmo era detalhes visuais da barbárie. E é assim que a coisa anda. Enquanto uns fazem, outros têm prazer em ver o (mal) feito.

Refiro-me ao incidente na Penitenciária de Pedrinhas, onde decapitações, castrações e morte deram o tom de uma revolta sem sentido, fazendo brotar em tantos, como em mim, um sentimento reprovável de que esse negócio de regeneração, reintegração, ressocialização, é conversa fiada a partir de um determinado limiar. Infelizmente um limiar que deixa uma margem percentil ínfima de recuperação.

Foi um sopro nazi-fascista que burlou meus conceitos e me fez esquecer princípios e instigar instintos.

Por esta senda, é que me pergunto como feras que praticam tamanha barbárie exigem para negociação, representantes de direitos humanos, dentre outros? Direitos humanos é para que age como tal. Quem como besta fera age, como besta fera tem que ser tratado. O meu impulso inicial foi torcer por um "carandiruzinho" aqui na Ilha. Esfriei a cabeça, mas continuei com certas idéias heterodoxas. Procurei dados.

O número de presidiários no Brasil dobrou em nove anos. De 232.755 mil em 2000, pulou para 473.626 em 2009. No mesmo período, a população do Brasil cresceu 11,8%.

E pasmem, existem 550 mil mandatos de prisão penderes, ou seja, muitos criminosos já foram julgados e condenados pela Justiça, mas continuam nas ruas por um motivo prosaico: a falta de vagas nas cadeias, que já estão superlotadas.

A conclusão cartesiana é que no período, deveria ter sido dobrado o número de vagas no sistema carcerário.

Quantas unidades se construiu no Estado, neste período?

Tem mais: Boa parte deste crescimento se dá por conta dos presos provisórios que aguardam julgamento. No ano passado estes eram 152.612 apenados. O Maranhão, dados de 2009, se ombreava com o Piauí, Sergipe e Alagoas com um percentual que variava de 65,7% a 77,1% destes presos sem condenação.

Dados de 2009, a confirmar, sempre exageram (<http://ghlb.files.wordpress.com/2010/04/presos-do-sistema.jpg>) revelam que no Maranhão a população no sistema penitenciário é de 3.425 pessoas, sendo 2.070 provisórios. O inacreditável, e talvez por isso mesmo recursos não aportem, é que consta a existência de 2.353 vagas no sistema. Onde? Mesmo assim, ainda teríamos um déficit reconhecido, mas não providenciado de 1072 acomodações. É uma tabela completa, vale a pena conferir.

De um modo geral, segundo o CNJ, apenas 42,97% dos presos tem condenação definitiva.

A situação é tão dramática que em São Paulo, o número de presos cresce à razão de 6.000 por mês. Para abrigá-los, uma penitenciária nova por mês. Faz sentido?

Não faz, assim como não faz sentido um preso que custa, aqui no Brasil, cerca de três mínimos para o cidadão correto, em média, dados de 2019, R\$ 1.581,00 e um único aluno na escola pública custa 173,00. Faça as contas, quase dez vezes mais. Dinheiro que sai do bolso do cidadão honesto que sua para ganhar R\$ 510,00.

Também não se justifica o fato do apenado só trabalhar se for pago, e mesmo pagando, de três dias trabalhado, um é remittido; do bárbaro marginal que deixa a prisão cumprindo um sexto da pena; do criminoso ter direito ao auxílio reclusão pago pelo INSS(por nós), enquanto da vítima ninguém se lembra; de ter direito a três refeições copiosas por dia; motel, TV, lazer, assistência médica e odontológica com prioridade (ai do Diretor de Hospital se recusar a internação de um apenado solicitado pelo Juiz), enfim, da penalização, resumir-se unicamente à restrição da liberdade.

O que ninguém entende é por quê.

Países civilizados, eu já vi, na Europa e nos EEUU, preso traba-

lha, cuida de todos os serviços da penitenciária, abre estradas, amplia linha férrea, enfim, paga pelo que onera a sociedade.

Aqui, quando a panela ferve e ameaça explodir, ou explode, como agora, usa-se de um lastimável artifício que eu considero a falência de toda atividade pública: os improvisados mutirões com o único objetivo de colocar na rua a toque de caixa criminosos perigosos, para aliviar a pressão e presentear a comunidade com alguns crimes, muitos irreparáveis, antes que voltem de onde nunca deveriam ter saído.

A justiça é muitas vezes leniente ou omissa, o Estado irresponsável, mas nada que justifique tamanha selvageria.

O espaço é curto, mas tem um depoimento: Quando fui secretário adjunto de Justiça e Interior e cuidava da Penitenciária, na época, fiquei intrigado: nunca vi um magro, nem um desabonado cumprindo pena.

Vamos ver como os fissurados em direitos humanos, vão se posicionar quanto a estes selvagens que, de humanos, só tem a forma.

Chico Leitoa fala sobre possíveis retaliações a presos em Pedrinhas

O deputado Chico Leitoa (PDT), em pronunciamentos feitos ontem na tribuna da Assembleia Legislativa, demonstrou preocupação quanto a notícias veiculadas em alguns jornais de possíveis ocorrências de retaliações aos presos que participaram da rebelião de Pedrinhas, no começo da semana. Ele também destacou as ações que estavam sendo implementadas pelo então governo Jackson Lago na área da segurança pública e que foram interrompidas pelo atual governo.

“Ficamos preocupados porque estas informações avisam que haveria uma sessão de corretores na Penitenciária. Quero crer que não corresponde à realidade, já que o secretário Aloísio nos garantiu ontem que os acordos feitos seriam cumpridos e a transferência dos presos – aqueles considerados mais perigosos –, já fazia parte das decisões anteriores à rebelião. Mas aqui existem informações de que estaria sendo programada uma sessão, digamos assim, ‘correção’ com os presidiários. Não queremos que isto aqui seja verdade, porém não podemos deixar de externar a nossa preocupação porque o ambiente, e isso é uma verdade in conteste, é um ambiente inflamado”, afirmou Chico Leitoa.

O pedetista disse que, segundo o secretário Aloísio, as justificativas dos presos para a realização do motim seriam a falta d’água, a qualidade da alimentação, a questão das visitas íntimas e o andamento dos processos. “Esta notícia aqui de hoje, essa sim trouxe uma preocupação adicional; porque essa denúncia que está sendo rechaçada foi feita por um pastor que ajudou na intermediação, junto aos presidiários, para que o motim chegasse ao fim. Então, nós queremos deixar aqui este registro, a nossa preocupação esperando que as autoridades estejam completamente atentas a esses fatos”, destacou Chico Leitoa.

Leitoa voltou a defender a

continuidade dos programas que estavam sendo desenvolvidas pelo então governo Jackson Lago. “Eu acho que não custa nada retomar aquilo que, com certeza absoluta, daria certo na medida, como já disse nas vezes anteriores aqui, não foi uma invenção do governo do dr. Jackson Lago, foi até atendimento à orientação nacional do governo federal. O próprio presidente Lula que hoje está no auge da popularidade, teve a humildade de assumir aquilo que ele condenava na medida em que ele concluiu que era o correto nas questões dos fundamentos da economia do Brasil. Então, não custa nada”, salientou Chico Leitoa.

Ações – O parlamentar lembrou que em maio de 2007, logo no início do governo Jackson Lago, foi decretado estado de emergência para enfrentar a grave situação e a crise do sistema com medidas estruturantes na questão da segurança pública, e de curto e médio prazo. Como primeira medida apenas com um ano e quarto meses de governo, foram retirados todos os presos da delegacia da capital, livram-se assim de situação subumana dezenas de apenados, além de acabar com as fugas semanais que aconteciam nas delegacias da capital onde está a maior parte da população carcerária maranhense.

A partir dessa medida, segundo Chico Leitoa, novos policiais - que antes ficavam cuidando de presos-, puderam voltar para as suas atividades profissionais e investigação de crimes. Os presos foram transferidos para um novo centro de detenção prisional, construído em quatro meses utilizando uma tecnologia de ponta que serviu de referência para vários Estados como a Bahia, o Espírito Santo, e Minas Gerais. “Em nove anos de gestão foram abertas 450 no sistema penitenciário do Estado; em dois anos e quatro meses da gestão de Jackson Lago, abriu-se setecentas vagas”, disse Chico Leitoa, acres-

centando que também foram aprovadas a construção de novas unidades prisionais.

Chico Leitoa lembrou que os recursos foram depositados, os processos licitatórios concluídos e a construções estavam prontas para serem iniciadas no início de 2009. Dentre eles o Centro de Ressocialização de Imperatriz, com 210 vagas, a construção da penitenciária feminina com 210 vagas, ampliação da penitenciária de São Luís com mais 280 vagas e a construção do presídio de ressocialização de Pinheiro com 16, num total de trinta milhões e quinhentos e noventa e três mil reais.

Ele afirmou ainda que o governo Jackson Lago também encaminhou à Secretaria de Administração do Estado o pedido de concurso de agentes penitenciários a fim de garantir a segurança dos presídios e não sobrecarregar os servidores públicos. Também deixou assinada a adesão do Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci. Além disso, a Secretaria de Segurança Cidadã no governo Jackson, modernizou e implantou um sistema de inteligência, moderno e eficiente, que monitoraram os presídios através de software e equipamentos que auxiliavam os agentes a detectarem qualquer princípio de rebelião ou motim nas unidades penitenciárias. Outro sistema que identifica e dispõe ao agente de segurança cadastrado toda a informação, todo o policial e característica de criminosos e apenados do Estado, também foi trazido para o Maranhão em 2008, e estava sendo implantado, quando o governo foi interrompido.

“Como se vê havia um conjunto de ações em andamento para se diminuir o problema que não é só no Maranhão. É no país inteiro. Consequentemente, essas medidas interrompidas, com certeza absoluta, no mínimo, deixaram de atuar em favor da população carcerária e da sociedade em geral”, finalizou.

Juíza afasta cartorário do município de Montes Altos

A juíza Ana Lucrecia Bezerra Reis Sodré determinou o afastamento do titular do cartório de Montes Altos, Antônio Gomes de Souza Neto, por irregularidades. A medida foi sequenciada pela abertura de Processo Administrativo Disciplinar. Em correição no cartório, em outubro, determinada pelo corregedor Antonio Guerreiro Júnior, a Corregedoria Geral da Justiça detectou registros imobiliários indevidos, livros sem lançamentos e outros sem a assinatura dos responsáveis pelos registros lançados. O Ministério Público estadual foi oficiado dos fatos.

Em relação ao registro civil, havia lançamentos de crianças com até um ano de idade sem o devido número da declaração de nascido vivo emitido pela unidade de saúde. O fato constitui desobediência ao Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça e fere a Lei Federal 9.997/2000.

Em vários registros de nascimento tardios foram omitidos requisitos para o registro civil. Os livros de registro de óbitos apresentavam irregularidades como lavratura de óbito fora do prazo e

sem a devida autorização judicial.

Sobre o tabelionato de notas, havia cartões de assinatura sem a numeração de ordem e índice, feitos de forma precária e sem obedecer a uma ordem de arquivamento.

Alguns livros de procurações não possuem termo de abertura, trazem folhas em branco ou faltam datas, dados pessoais de outorgante ou a assinatura do oficial. Foram encontradas rasuras no número das páginas.

Foram verificados, ainda, atos onde uma das partes era o oficial do cartório ou parentes. Em relação às procurações, havia documentos onde não constavam a assinatura do outorgante ou os poderes outorgados. Em relatório enviado à Corregedoria e Tribunal de Justiça, e que determinou a correição, a juíza citava a abertura de matrículas sem observar exigências legais previstas na Lei 6015/73.

A juíza Ana Lucrecia solicitou à Corregedoria que envie a Montes Altos servidores do órgão e do FERJ (Fundo Especial de Reparelhamento do Judiciário) para inspeção mais apurada na serventia extrajudicial.

Vale condenada a indenizar vítima de acidente com trem

A Vale do Rio Doce foi condenada a pagar danos morais e materiais no valor 140 mil reais, a Luciano de Sousa Pinto, vítima de acidente ocasionado por trem da empresa.

A decisão da 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão também arbitrou o pagamento de pensão no valor de um salário mínimo, inicialmente em uma parcela única a contar da data de ocorrência do desastre - janeiro de 1986. Após a atualização do pagamento, a pensão de um salário deverá ser feita mensalmente.

SINALIZAÇÃO

De acordo com relatos do processo, o acidente foi provocado por falta de sinalização da linha férrea, o que ocasionou o choque entre dois trens da Vale, ferindo os passageiros das locomotivas, incluindo Luciano, que à época tinha 9 anos e sofreu traumatismo craniano.

Consta ainda, que ele passou mais de um mês em Unidade de Tratamento Intensivo (UTI). Em decorrência do incidente, também começou a ter crises convulsivas,

sendo diagnosticado epilepsia traumática, doença que o impede de ter uma vida normal.

RECURSOS

A empresa custeou o tratamento da vítima até os 17 anos, cancelando o benefício quando o mesmo atingiu a maioridade. Pelos problemas de saúde que passou a ter e a impossibilidade de encontrar trabalho com facilidade, Luciano recorreu judicialmente.

A Vale entrou com recurso contra a sentença de 1º Grau e apresentou como uma de suas alegações o fato de Luciano Pinto não ter apresentado provas documentais, além de ter custeado o tratamento médico do apelante.

O relator do processo, desembargador Jorge Rachid, observou que o trauma neurológico sofrido pela vítima comprometeu sua infância e juventude, e por meio de laudo pericial foi comprovada a sua redução de capacidade laboral. As desembargadoras Raimunda Bezerra e Graças Duarte também deram provimento ao recurso.

TJ reativa serviço do Juizado de Trânsito

Foram entregues ontem, 11, pelo presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Jamil Gedeon, ao juiz José Eulálio Almeida, dois veículos para serem utilizados no serviço móvel do Juizado Especial de Trânsito de São Luís, que estava parado há cerca de quatro anos e foi retomado.

O serviço funcionará de 2ª a 6ª feira, das 8h às 18h, com duas vans adaptadas com sala de audiência climatizada, mesa, seis assentos, computador, impresso-

ra, e uma equipe formada por conciliador, oficial de justiça, perito, policial militar e motorista.

POR TELEFONE

Em casos de acidentes com danos materiais, o serviço pode ser acionado por telefone celular (8815-8346/8878-3003) e pelo telefone do Juizado Especial do Trânsito (3243-1029). No local do acidente, a equipe do juizado realiza a perícia, emite laudo verbal, promove a audiência de conciliação e o acordo entre as partes

envolvidas. Caso haja entendimento, o conflito é resolvido na mesma hora. Caso contrário, é levado ao juizado para o juiz sentenciar.

O serviço vai funcionar em toda a região metropolitana de São Luís, abrangendo os municípios de São Luís, capital, Paço do Lumiar, Raposa e São José de Ribamar e até na rodovia federal. Segundo dados do DETRAN, dois

Handson Chagas



Desembargador Jamil Gedeon entregou chaves dos veículos aos juízes que trabalharão na unidade móvel

mil veículos novos são emplacados na capital por mês e 3.448 acidentes foram registrados de janeiro a setembro deste ano.

"Honramos mais um compromisso para o fortalecimento da Justiça de 1º grau, no sentido de dar mais efetividade, celeridade e transparência. Hoje temos ações planejadas e soluções a curto, médio e longo prazo", declarou o presidente, ao disponibilizar o serviço ao juizado.

DECISÃO NA HORA

Na solenidade, o juiz esclareceu que o serviço móvel do juizado vai além do trabalho da Polícia

Militar, que apenas faz o levantamento das circunstâncias do acidente e o boletim da ocorrência, encaminhando as informações para a emissão do laudo técnico pelo Instituto de Criminalística do estado (ICRIM). Com a unidade móvel, além da perícia no local, seguida de laudo verbal, a decisão sobre a responsabilidade pelo acidente sai ainda no local da colisão.

"Acidentes com vítima são de responsabilidade do Instituto de Criminalística (ICRIM), porém, o serviço do Judiciário está à disposição para firmar parceria em que o juizado cuida-

rá do dano material e o dano pessoal aos condutores do veículo ficará à cargo do ICRIM", disse o juiz José Eulálio.

Estavam presentes na solenidade os desembargadores Cleonice Freire (vice-presidente), José Joaquim Figueiredo dos Anjos, vice-presidente e corregedor do Tribunal Regional Eleitoral; os juizes Kléber Carvalho, representando o Corregedor Geral de Justiça desembargador Guerreiro Júnior; Francisca Galiza, coordenadora dos juzados especiais e Maria do Socorro Carneiro, membro do conselho supervisor dos juzados.

Pereira pede negociação do Governo com os defensores

O deputado estadual Rubens Pereira Junior (PCdoB) defendeu ontem, 11, que o Governo do Estado sente à mesa para negociar com os Defensores Dativos que paralisaram as suas atividades quarta-feira. “Os Defensores Dativos deflagram ontem uma paralisação no sentido de fazer com que o Governo do Estado cumpra com as disposições contratuais firmadas entre o Tribunal de Justiça e a Ordem dos Advogados do Brasil, quanto à remuneração e a adimplimento dos seus honorários”, disse o parlamentar.

A paralisação estava prevista para ocorrer nos dias 26, 27 e 28 de outubro. Foi adiada devido a intervenção da seccional da OAB. “O governo estadual havia prometido receber a direção da OAB-MA e os representantes dos advogados dativos para iniciar as negociações, o que até o momento não o fez”, disse o deputado do PCdoB.

Segundo Rubens Junior desde agosto de 2009, os advogados dativos e a OAB-MA vem discutindo com o governo estadual a implantação, pela Procuradoria Geral do Estado, de uma nova sistemática que possa garantir agili-

dade no pagamento dos honorários dos advogados dativos.

Os Defensores Dativos cobram outras reivindicações tais como: a alteração da portaria da PGE (Procuradoria Geral do Estado), que define os documentos adequados para solicitação do pagamento, a necessidade de padronização da cobrança e de estruturação da PGE que, segundo eles, não têm sequer um protocolo para receber as reivindicações de pagamentos, estão na pauta de negociações dos advogados dativos.

“Os advogados dativos - profissionais nomeados pelo juiz e pagos pelo Estado para defender o réu quando este não possui representante legal - assim como os defensores públicos, são indispensáveis para a prestação da assistência judiciária gratuita aos carentes e necessitados”, explicou.

CAUSA MAIOR

“O atraso no pagamento dos honorários dos defensores dativos é mais do que um problema financeiro. É uma causa maior para a sociedade. Nomeados pelos magistrados, os advogados dativos propõem ou con-

testam ações civis, mediante pedido formal da parte litigante interessada que não possui condições de pagar custas do processo ou os honorários advocatícios. Uma população sem defesa é, portanto, uma população sem cidadania”, defendeu Junior.

Em 10 de setembro, os defensores dativos já haviam feito uma paralisação. Eles ficaram um dia inteiro sem trabalhar. “Faço um apelo para que o governo estadual atenda aos advogados dativos, pois eles exercem uma função social de alta relevância. Eles reivindicam ao Governo do Maranhão simplesmente o pagamento dos seus honorários”, declarou Rubens Junior.

Segundo o parlamentar a ausência dos defensores dativos na sociedade significa presos que cumprem pena e que já poderiam estar soltos, pessoas acusadas, injustamente, sem a oportunidade de defesa e até a impossibilidade de contribuição na solução dos graves problemas que afetam o sistema carcerário.

Deputado chama atenção para ameaças a detentos

O deputado Chico Leitoa (PDT) ocupou a tribuna da assembléia Legislativa do Maranhão na sessão de ontem, para dizer que o Brasil e o mundo comentam o episódio de Pedrinhas. Disse que apesar da movimentação da Casa, da Presidência, da Comissão de Segurança e de alguns parlamentares em nível de informação e até com a presença do secretário de Segurança, Aloísio Mendes, em uma audiência, para prestar esclarecimentos sobre o massacre e as condições do Sistema prisional do Maranhão, muita coisa ainda paira no ar e que acredita que algumas delas vão precisar de tempo para serem esclarecidas. “Existe um ques-

tionamento de que fora um episódio de certa maneira incentivado por alguém ou por alguma facção ou por algum descumprimento ou interesse contrariado. Acredito que, se isso for verdade, haverá de ser apurado porque a qualquer momento pode acontecer novamente”, alertou o pedetista, acrescentando que como se trata de informação e de notícias, está preocupado porque alguns jornais trouxeram ontem informações de que haveria uma sessão de corretivos na Penitenciária. **Página-3**

Deputado chama atenção para ameaça aos detentos

O deputado Chico Leitoa (PDT), em pronunciamentos feito ontem, 11, da tribuna da Assembleia Legislativa, demonstrou preocupação quanto a notícias veiculadas em alguns jornais de possíveis ocorrências de retaliações aos presos que participaram da rebelião de Pedrinhas, no último final de semana. Ele também destacou as ações que estavam sendo implementadas pelo então governo Jackson Lago na área da segurança pública e que foram interrompidas pelo atual governo.

“Ficamos preocupados porque estas informações avisam que haveria uma sessão de corretivos na Penitenciária. Quero crer que não corresponde à realidade, já que o secretário Aloísio nos garantiu ontem que os acordos feitos seriam cumpridos e a transferência dos presos - aqueles considerados mais perigosos -, já fazia parte das decisões anteriores à rebelião. Mas aqui existem informações de que estaria sendo programada uma sessão, digamos assim, ‘correção’ com os presidiários. Não queremos que isto aqui seja verdade, porém não podemos deixar de externar a nossa preocupação porque o ambiente, e isso é uma verdade in conteste, é um ambiente inflamado”, afirmou Chico Leitoa.

O pedetista disse que, segundo o secretário Aloísio, as justificativas dos presos para a realização do motim seriam a falta d’água, a qualidade da alimentação, a questão das visitas íntimas e o andamento dos processos. “Esta notícia aqui de hoje, essa sim trouxe uma preocupação adi-



Chico Leitoa pediu que fosse retomado o programa do governo

cional; porque essa denúncia que está sendo rechaçada foi feita por um pastor que ajudou na intermediação, junto aos presidiários, para que o motim chegasse ao fim. Então, nós queremos deixar aqui este registro, a nossa preocupação esperando que as autoridades estejam completamente atentas a esses fatos”, destacou Chico Leitoa.

PROGRAMA DE JACKSON

Leitoa voltou a defender a continuidade dos programas que estavam sendo desenvolvidas pelo então governo Jackson Lago. “Eu acho que não custa nada retomar aquilo que, com certeza absoluta, daria certo na

medida, como já disse nas vezes anteriores aqui, não foi uma invenção do governo do dr. Jackson Lago, foi até atendimento à orientação nacional do governo federal. O próprio presidente Lula que hoje está no auge da popularidade, teve a humildade de assumir aquilo que ele condenava na medida em que ele concluiu que era o correto nas questões dos fundamentos da economia do Brasil. Então, não custa nada”, salientou Chico Leitoa.

O parlamentar lembrou que em maio de 2007, logo no início do governo Jackson Lago, foi decretado estado de emergência para enfrentar a grave situação e a crise do sistema com medidas estru-

turantes na questão da segurança pública, e de curto e médio prazo. Como primeira medida apenas com um ano e quarto meses de governo, foram retirados todos os presos da delegacia da capital, livraram-se assim de situação subumana dezenas de apenados, além de acabar com as fugas semanais que aconteciam nas delegacias da capital onde está a maior parte da população carcerária maranhense.

450 VAGAS

A partir dessa medida, segundo Chico Leitoa, novos policiais - que antes ficavam cuidando de presos-, puderam voltar para as suas atividades profissionais e investigação de crimes. Os presos foram transferidos para um novo centro de detenção prisional, construído em quatro meses utilizando uma tecnologia de ponta que serviu de referência para vários Estados como a Bahia, o Espírito Santo, e Minas Gerais. “Em nove anos de gestão foram abertas quatrocentos e cinquenta vagas no sistema penitenciário do Estado; em dois anos e quatro meses da gestão de Jackson Lago, abriu-se setecentas vagas”, disse Chico Leitoa, acrescentando

que também foram aprovadas a construção de novas unidades prisionais.

Chico Leitoa lembrou que os recursos foram depositados, os processos licitatórios concluídos e a construções estavam prontas para serem iniciadas no início de 2009. Dentre eles o Centro de Ressocialização de Imperatriz, com 210 vagas, a construção da penitenciária feminina com 210 vagas, ampliação da penitenciária de São Luís com mais 280 vagas e a construção do presídio de ressocialização de Pinheiro com 16, num total de trinta milhões e quinhentos e noventa e três mil reais.

Ele afirmou ainda que o governo Jackson Lago também encaminhou à Secretaria de Administração do Estado o pedido de concurso de agentes penitenciários a fim de garantir a segurança dos presídios e não sobrecarregar os servidores públicos. Também deixou assinado a adesão do Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci. Além disso, a Secretaria de Segurança Cidadã no governo Jackson, modernizou e implantou um sistema de inteligência, moderno e eficiente, que monitoraram os presídios através de sof-

ware e equipamentos que auxiliavam os agentes a detectarem qualquer princípio de rebelião ou motim nas unidades penitenciárias. Outro sistema que identifica e dispõe ao agente de segurança cadastrado toda a informação, todo o policial e característica de criminosos e apenados do Estado, também foi trazido para o Maranhão em 2008, e estava sendo implantado, quando o governo foi interrompido.

“Como se vê havia um conjunto de ações em andamento para se diminuir o problema que não é só no Maranhão. É no país inteiro. Consequentemente, essas medidas interrompidas, com certeza absoluta, no mínimo, deixaram de atuar em favor da população carcerária e da sociedade em geral”, ressaltou Chico Leitoa.

CORPO ERRADO

Na barbárie registrada no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, na zona rural de São Luís, sobrou até para os médicos legistas do IML. Na pressa de costurarem a cabeça no corpo, fizeram tudo errado. Quando a família chegou, viu que a cabeça de “Banjo” estava no corpo errado. Num clima de horror, tiveram que descosturar a cabeça para colocar no corpo certo. Parecia até filme de Frankstein. Eita Maranhão, onde tu vais parar.